



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ATA N.º 7/2023

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de 2023, pelas 9 horas e 30 minutos, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Castelo Branco, cuja mesa foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Manuel Vieira Neves, pelo Primeiro Secretário, Carlos Simão Martins Mingacho e pela Segunda-Secretária, Celeste Nunes Rodrigues, com a seguinte ordem de trabalhos:

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

(A preencher nos termos do Regimento.)

1. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir.

2. Aprovação da ata:

- Ata n.º. 5/2023, referente à sessão de 28 de abril 2023.

3. Intervenções.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município.

Ponto 2 - Discussão e votação da proposta de “Acordo de colaboração. Apoio às freguesias no quadro de promoção e salvaguarda da articulação dos interesses próprios das populações. Junta de Freguesia de St.º. André das Tojeiras. **(Proposta n.º. 56/2023)**

Ponto 3 - Discussão e votação da proposta de “Transferência de verbas para a CIMBB – Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, relativas ao Transporte Público de Passageiros.” **(Proposta n.º. 57/2022)**

Ponto 4 - Discussão e votação da proposta de “Cedência de utilização do hangar do Aeródromo Municipal de Castelo Branco”. **(Proposta n.º. 58/2022)**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Ponto 5 - Discussão e votação da proposta de “Redução do IMI – Artigo 44º. – B do DL 215/89, de 1 de julho, com a alteração introduzida pelo Artigo 224º. da Lei nº. 42/2016, de 28 de dezembro”. **(Proposta nº. 59/2023)**

Ponto 6 - Discussão e votação da proposta de “Pedidos de Declaração de Interesse Publico”:

6.1. Fernando Sarafana Falcão. Pavilhões de Apoio Agrícola – Monte da Caneca, Monforte da Beira. **(Proposta nº. 60/2023)**

6.2. Courtesy Power, Lda. Instalação de Unidade Industrial de Hidrogénio – MeetoH2- Castelo Branco. Monte da Terra Grande, Castelo Branco. **(Proposta nº. 61/2023)**

6.3. Artur Manuel Barata Lopes. Ampliação de Ordenha Mecânica e Áreas de Apoio. Alcains. **(Proposta nº. 62/2023)**

Ponto 7 – Discussão e votação da proposta de “Contrato de Transferência de Competências e Auto de Transferência de Recursos entre o Município de Castelo Branco e as Juntas /Uniões de Freguesia”. **(Proposta nº. 63/2023)**

Ponto 8 - Discussão e votação da proposta de “Lote 100 da Área de localização Industrial. Desafetação do Património Municipal para Afetação ao Património dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco. **(Proposta nº. 64/2023)**

Ponto 9 - Discussão e votação da proposta de “Contratos Interadministrativos com as Juntas/Uniões de Freguesia”:

9.1. Requalificação do salão de festas da localidade de Torre. Junta de Freguesia de Loureiral do Campo. **(Proposta nº. 65/2023)**

9.2. Apoio para aquisição de viatura com caixa. Junta de Freguesia de Alcains. **(Proposta nº. 66/2023)**

Ponto 10 – Discussão e votação da proposta de “Contrato Interadministrativo de partilha de competências entre a CMCB, CIMBB e CIMBSE, no âmbito RJSPTP para extensão à localidade da Soalheira, no Município do Fundão, do serviço municipal integrado na concessão dos serviços de transporte público rodoviário do Município de Castelo Branco”. **(Proposta nº. 67/2023)**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- Ponto 11** - Discussão e votação da proposta de “Concurso para Dirigente de 1º. Grau. Departamento de Administração Geral. Alteração de Júri”. (**Proposta nº. 68/2023**)
- Ponto 12** - Discussão e votação da proposta de “Designação do Júri para o Procedimento Concursal para Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 2º. Grau – Chefe de Divisão Técnica de Serviços de Águas”. (**Proposta nº. 69/2023**)
- Ponto 13** – Discussão e votação da proposta de “Radar Social – Criação de 4 postos de trabalho no Mapa de Pessoal”. (**Proposta nº. 70/2023**)
- Ponto 14** – Discussão e votação da Proposta de “Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e o Alto Comissariado para as Migrações, no âmbito do Programa de Acolhimento e Integração de Refugiados”. (**Proposta nº. 71/2023**)
- Ponto 15** - Discussão e votação da Proposta de “Minuta de Protocolo de Colaboração/Memorando de Entendimento para Instalação do Novo Tribunal Central Administrativo na Cidade de Castelo Branco”. (**Proposta nº. 72/2023**)
- Ponto 16** – Eleição de Presidente de Junta/União de Freguesia do Concelho para participar no XXVI Congresso da ANMP.

III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

MEMBROS PRESENTES À SESSÃO

Jorge Manuel Vieira, Carlos Salvado (em substituição de António Augusto Cabral Marques Fernandes); Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo, Carlos Manuel Freire Antunes, Carlos Sofia Massano Lopes de Carvalho, Maria José Sobeira Rafael, Joaquim Faustino (em substituição de Francisco Manuel Pombo Lopes), Francisco Manuel Pombo Lopes, João Filipe Dias Ribeiro, Paulo Jorge Vaz Ramos de Almeida, João Pereira (em substituição de Nuno Miguel Correia Teixeira Martins), Nuno Gregório Barroso, Ernesto Candeias Martins, Maria do Carmo Almeida Nunes, Joaquim Abrantes (em substituição de Christelle Varanda Domingos), Ana Cristina Marques Lourenço, Carlos Simão Martins Mingacho, André Carvalho (em substituição de Daniel António Guerreiro Almeida), Maria Cristina Vicente Pires Granada, Armando Lopes Carvalho, Maria da Conceição Martins Pereira, Adelina Maria Machado Martins, Milena



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Cristina da Silva Marques Santos, José Afonso Antunes Custódio, José Filipe Nunes Valente Neves, José Dias dos Santos Pires, José António Afonso Dâmaso, Pedro João Martins Serra, Jorge Manuel Ferreirinho Diogo, João José Louro Ramos, Sandra Maria Duarte Lucas, Luís Manuel de Andrade, João Filipe Tavares Goulão, Celeste Nunes Rodrigues, José Carlos Ramos Dé, Severino Miguel da Conceição Vaz, António Manuel Falcão Antunes, João Miguel Teles Baltazar, Ernestina Gens da Conceição Baptista Perquilhas, António Manuel varanda Marcelino, Ana Sofia Santos ramos Pereira.

MEMBROS AUSENTES À SESSÃO

António Augusto Cabral Marques Fernandes, Francisco Manuel Pombo Lopes, Christelle Varanda Domingos.

JUSTIFICACÃO DE FALTA

António Augusto Cabral Marques Fernandes, Francisco Manuel Pombo Lopes, Christelle Varanda Domingos.

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir. +

Presidente da Assembleia Municipal - Damos início à sessão da Assembleia Municipal convocada de acordo com o Regimento, em vigor e com a Lei nº. 75/2013.

Para além do edital/convocatória, houve a publicação nas redes sociais oficiais do Município e também publicitação no Jornal Reconquista e Gazeta do Interior.

Cumprimento o Senhor Presidente da Câmara Municipal os Senhores e Senhoras Vereadoras do Executivo Municipal, caras Deputadas e Deputados Municipais, Presidentes das Juntas e das Uniões de Freguesia do Concelho, Munícipes aqui presentes e remotamente, através das redes sociais, dirigentes e funcionários municipais e comunicação social.

Em nome da Mesa, apresento a todos uma saudação com estima e consideração e formulo o desejo de um bom trabalho para todos.

Temos então presentes 40 Deputados Municipais: 18 do GM do PS, 15 do GM do Sempre Movimento Independente, 4 do GM do PSD/CDS/PPM, 2 do GM do CHEGA e 1 GM do MPT.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

1. Intervenções.

2. Aprovação da ata:

2. - Ata nº. 5/2023, referente à sessão de 28 de abril 2023.

A assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata nº. 5/2023, referente à sessão de 28 de abril 2023

3. Intervenções:

Maria da Conceição Martins (CHEGA) – Eu venho aqui falar da multiculturalidade, uma palavra longa, bonita, mas um bocado traiçoeira. Esta mistura de culturas numa sociedade não resulta e a prova está á vista. Começou primeiro nos outros países, temos os casos mais flagrantes na França e Estados Unidos. Os outros povos que vêm para os países da Europa tentam impor as suas culturas, essencialmente religiosa, ou seja não se adaptam às culturas do país que os acolhe.

Nós fomos sempre um povo de emigração, mas adaptamo-nos às culturas dos outros países para onde emigramos e não o contrário.

O que está a acontecer praticamente em todos os países da Europa, é uma grande afluência de povos de Ásia e África com culturas muito vincadas, o que provoca revoltas e violência e, portanto, destruição, como é o caso da França.

Em alguns países já estão a travar a entrada da emigração destes povos porque já não havia controlo nas entradas nos países da Europa. O que é o que acontece no nosso país, em que entram pessoas ilegais, pessoas perseguidas pelas autoridades do próprio país de origem, além de identidades falsas e aqui que é o que interessa, no caso de Castelo Branco, todas as semanas chegam autocarros cheios destes emigrantes, sem controlo nenhum que por vezes são apanhados pelas autoridades locais.

Como é que querem atrair jovens portugueses para o interior do país, se estão a chegar cada vez mais estrangeiros?

Aos portugueses não dão qualquer oportunidade, preferindo os estrangeiros para qualquer trabalho. Então os jovens de cá neste caso são obrigados a emigrar no fim de acabarem os estudos e isto é muito grave, está a haver uma grande taxa de suicídio nos grupos etários mais jovens e está a acontecer em Castelo Branco. Por isto tudo, é bom que acordem, não andem com uma venda nos olhos, porque estamos a afundarmo-nos lentamente, estamos a perder a nossa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

identidade, a nossa cultura, os nossos costumes em prol de outras culturas que nada têm a ver com a nossa. Custa muito dizer isto, mas penso que até a nossa própria língua, o português de Portugal, estamos a ser colonizados e grande parte dos portugueses nem dão por isso. O que vai ser dos poucos portugueses nascidos de pais nativos deste país, desaparecem?

Por favor, acordem, é tempo.

Miguel Gregório Barroso (PSD/CDS/PPM) - Senhor Presidente da Câmara Municipal, quero falar-lhe sobre a Candidatura de Castelo Branco aos Bairros Comerciais Digitais, soubemos que a Câmara Municipal de Castelo Branco apresentou uma candidatura, essa candidatura passou a 1ª fase, mas não chegou à 2ª fase, falhou por falta de comparência. E essa notícia deixou-nos, particularmente, preocupados porque essa Candidatura aos Bairros Comerciais Digitais representa o acesso a um conjunto de apoios do PRR, que permitem qualificar e requalificar o comércio tradicional do centro da cidade de Castelo Branco, o chamado comércio de proximidade.

Esse programa tem previstos vários eixos estratégicos que passam pela reabilitação urbanística, pelo desenvolvimento de soluções logísticas conjuntas, também a implementação de ferramentas de comércio online, bem como, permite-nos comunicar e divulgar as nossas marcas de comércio local e, portanto, é uma candidatura que traria benefícios para os comerciantes, para os residentes do concelho, mas também para os turistas que nos visitam.

De resto, há um ano aqui na Assembleia Municipal de Castelo Branco, o PSD, apresentou uma moção que destacava exatamente a importância do Município de Castelo Branco, desenvolver um conjunto de apoios que pudessem ajudar o comércio local a ultrapassar as dificuldades dos últimos anos.

O comércio local foi particularmente afetado pela pandemia do covid-19, que os impossibilitou de trabalhar, que lhes tirou o rendimento, é prejudicado pela inflação que reduz o consumo, mas que também aumenta os custos de atuação do comércio e agora também pelas consequências da guerra na Ucrânia. E, portanto, é muito importante que estes apoios não se percam.

Não quero perguntar diretamente ao Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, o que se passou para o Município de Castelo Branco perder esta oportunidade e falhar a 2ª fase de candidatura. Já ouvi algures que houve um problema informático que falharam o prazo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

falharam o prazo, mas, acho que não lhe ficava mal, Senhor Presidente, poder dizer aqui na Assembleia Municipal e aproveitar esta oportunidade para dar alguns esclarecimentos a mais, explicar de forma transparente e cabal o que é se passou para perdermos esta oportunidade.

Mas, o foco principal desta minha intervenção, prende-se exatamente com os apoios que estavam a ser desenhados, o programa incluía dois milhões de euros para injetar na economia, destinados ao pequeno comércio. E quero perguntar-lhe Senhor Presidente, o que é que vai acontecer a este dinheiro, porventura a maior parte deste valor seria avançado pelo Município de Castelo Branco e o facto de termos perdido a oportunidade desta candidatura, não deve significar que estes apoios se vão perder. Eu acho que o Município de Castelo Branco e lanço-lhe esse repto, deve aproveitar as ideias e os projetos que estavam a ser desenhados no âmbito dessa candidatura e deve implementá-los porque de fato são necessários, a transformação digital é fundamental para o pequeno comércio e o investimento público deve dar o impulso nesse sentido.

E por isso Senhor Presidente, quero perguntar-lhe o que é que está a planear a Câmara Municipal de Castelo Branco, a nível destes apoios ao comércio tradicional, se vão deixar cair esta candidatura e deixar de parte esses projetos, ou se de facto vão avançar com o dinheiro e vão implementar aquilo que estava a ser preparado.

Armando Lopes Ramalho (S-MI) - No próximo dia 15 de outubro, os Órgãos de Gestão Municipal completam dois anos de exercício, correspondendo a metade do mandato que nos foi conferido pelos nossos munícipes.

Enquanto Órgão do controlo e de fiscalização do Executivo, compete a esta Assembleia Municipal aprovar e escrutinar os planos necessários às atribuições municipais, nomeadamente, os planos de desenvolvimento preconizados pelo Executivo para o concelho de Castelo Branco.

Os membros da Assembleia Municipal eleitos pelo S-MI, no âmbito, das suas competências têm pautado à sua ação, no âmbito, deste Órgão abundando de forma crítica e construtiva os assuntos que são colocados à apreciação e alertando o Executivo para a necessidade de pautar a sua ação com rigor, transparência e planeamento de forma a que seja dada possibilidade à Assembleia Municipal de aquilatar a ação do Executivo e poder contribuir de forma integrada para a implementação de um modelo de desenvolvimento do nosso concelho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Em jeito de balanço destes dois anos, destacamos os seguintes aspetos que consideramos que têm sido mais “inseguidos” digamos, por parte do Executivo Municipal Socialista.

Primeiro consideramos que existe incapacidade na gestão da autarquia, consideramos de um modo geral, a Câmara responde pior às necessidades dos albicastrenses.

A alteração da Estrutura Nuclear e Organização da Câmara Municipal de Castelo Branco provida por este Executivo foi um processo moroso e que parece relevar-se de difícil implementação. Aquando da aprovação por esta Assembleia, tivemos a oportunidade de criticar a ausência de estudos que a fundamentassem, tendo alertado que o aumento da Estrutura Orgânica nem sempre se traduzia numa maior eficiência, no desempenho das funções que lhes estão acometidas, acarretando sempre um aumento considerável de custos fixos. A verdade é que o prazo médio de pagamentos aos fornecedores da Câmara Municipal de Castelo Branco aumentou. E são de todos conhecidos os resultados líquidos negativos que ocorreram no ano de 2022.

2º. Ponto. O tempo longo de reação ao que se quer fazer. Senhor Presidente anuncia-se nos Órgãos Autárquicos ou na comunicação social muitas medidas iniciativas, mas a sua execução ou é demorada, ou é alterada, ou é esquecida.

Destacamos neste campo, os anunciados investimentos na substituição das lâmpadas, por soluções mais eficientes de leds, bem como investimentos em projeto de geração de energias renováveis. Atempadamente, alertamos para a ausência destes investimentos anunciados, bem como para a degradação do clima de confiança entre o Executivo Camarário e os Agentes Económicos.

Também tivemos o cuidado de alertar para a implementação deficiente do Regulamento de Apoio ao Associativismo que além de provocar atrasos na atribuição dos subsídios às associações, prejudicou no nosso entendimento, fortemente a transparência do processo.

3º. Ponto. Promessas por cumprir, um programa eleitoral que se tem revelado irrealista e para o qual não se vislumbra qualquer plano que promova a sua concretização. Neste aspeto, destacamos a promessa de requalificação e disponibilização de cem casas por ano. Consideramos que o Executivo não pode eternizar a desculpa da falta da estratégia local de habitação do município, que no seu entendimento não foi atempadamente elaborada pelo Executivo anterior.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Senhor Presidente, estamos a meio do mandato e já se passaram dois anos.

Após dois anos de mandato, não se conhecem obras estruturantes em curso ou em projeto que tenham sido planeadas por este Executivo.

Embora os compromissos orçamentais daí decorrentes, tenham sido duramente criticados pelo Senhor Presidente da Câmara, destacamos as obras que foram planeadas pelo anterior Executivo que têm mantido algum desenvolvimento económico e social no nosso concelho.

Quanto a projetos estruturantes para o nosso conselho, como aliás já foi referido aqui, lamentamos que o Executivo não tenha tido capacidade para coordenar a elaboração de uma candidatura a projeto financiamento no âmbito de fundos europeus, como de resto foi recentemente foi notificado pelos semanários regionais e referido pelo meu colega antecessor.

5°. A fraca execução orçamental do ano 2022, que de resto já tínhamos vaticinado, mas que ultrapassou os nossos piores receios. O rácio de despesa total em relação à geral, não ultrapassou os 50,01%, preocupa-nos Senhor Presidente, que até agora não tenham sido indicadas medidas para obviar a que esta execução orçamental não se volte a repetir.

Como já referimos por diversas vezes, nomeadamente, aquando da apreciação e votação das propostas de documentos previsionais para os anos 2022 e 2023, não conseguimos vislumbrar na ação deste Executivo qualquer estratégia de desenvolvimento para o concelho de Castelo Branco, parece-nos a nós, um barco sem rumo.

Senhor Presidente, embora estejamos cétricos esperamos sinceramente que os próximos dois anos sejam melhores.

O Grupo Municipal do S-MI, estará sempre disponível para participar na definição de estratégias e para colaborar na criação de projetos que promovam o desenvolvimento do nosso concelho e a melhoria das condições proporcionadas aos nossos munícipes. É isso que nos move, conte connosco Senhor Presidente, para o bem do nosso concelho não traçamos quaisquer linhas vermelhas.

António Manuel Falcão Antunes (Presidente da União de Freguesias de Escalos de Baixo e Mata) - Venho aqui falar, no meu entender de uma grande obra que se tem vindo a realizar desde há muito a esta parte, que nomeadamente as feiras e os festivais que se têm realizado nas nossas freguesias e na nossa cidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Considero que esta obra, é uma grande mais-valia para todas as freguesias e cidade porque é uma forma de desenvolvimento, de trazer o melhor das nossas freguesias têm para apresentar a quem nos visita e também à nossa cidade.

É uma forma de reunir as pessoas, das pessoas conviverem, porque é parte que nos faz muita falta e vimos isso em tempos de pandemia, as pessoas sentiam-se restringidas com a situação. Hoje vemos que as pessoas estão mais satisfeitas e que se divertem bastante. Acho que é uma obra que deve continuar e que se deve alimentar e até melhorar É uma obra que nunca está terminada, tem sempre melhoramentos da parte da Câmara e do Senhor Presidente e dos Presidentes de Junta em geral, que são os que mais se envolvem e sei do que falo, pois já fiz da parte da organização dos festivais, é muito trabalho, sim, mas é uma alegria para todos os cidadãos e é para isso que nós cá estamos e é para isso que nos empenhamos.

Quero vos dizer também que já foram realizados muitas feiras e festivais, dos quais, uns já foram feitos outros irão ser realizados, como por exemplo; Salgueiro do Campo, na Mata, Castelo Branco, Tinalhas, Cafede, Alcains, Malpica do Tejo, Sarzedas, etc. Sabemos que é um investimento da Câmara Municipal de Castelo Branco, mas é para isso que a Câmara serve, e é para isso que os nossos impostos são canalizados, exatamente para o bem-estar das pessoas.

Quero agradecer à equipa da Câmara Municipal de Castelo Branco e aos seus funcionários que tem trabalhado intensamente nesta obra, nestes trabalhos porque são incansáveis que cumprimento e foram incansáveis que nos ajudaram muito e também não posso deixar de agradecer a todos os Presidentes das Juntas e Uniões de Freguesias que têm feito esse trabalho maravilhoso que tenho tido oportunidade de ver em quase todas as feiras que fui, posso dizer que as pessoas gostam.

Quero também agradecer aos meus colegas do Executivo porque foram eles que me ajudaram, nomeadamente, nos eventos que são realizados nas minhas freguesias. Obrigado a todos.

João Filipe Ribeiro (CHEGA) – Sei que não se passou no nosso concelho, mas não podia deixar de repudiar e passo a expressão “as apanhadas do clima” que ontem agrediram barbaramente um Ministro do Estado e depois também a reação que se seguiu, quase a pedir por favor às senhoras para saírem. Isto começa a acontecer um bocadinho, já vimos pela Europa e pelo mundo que estas situações vão se começando a multiplicar e peço para terem alguma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

atenção que de certa forma “está-se a colher o que se está a plantar”. Estão a meter estas ideias na cabeça dos jovens e depois estão a comer exatamente do veneno que estão a plantar.

Passando este aparte que repudiamos, o meu antecessor falou das festas e, realmente, as festas no nosso concelho vão de “vento em popa” e quero realçar que o CHEGA não é contra as festas muito pelo contrário, gostamos muito, mas é a única coisa que vemos feita neste concelho. Eu gosto, faz bem às pessoas e participo, mas agora, realmente, pode haver outras obras, mas não vemos. Tentei aqui arranjar um resumo daquilo que se faz no nosso concelho e tomei a liberdade, visto que é público, seguir o perfil do nosso Presidente, no Facebook, e realmente, vou-lhe dar um exemplo concreto, aparece de dar “os bons dias”, aparecem algumas festas e a única obra que vi foi a entrada aqui quem vem das Sarzedas, em Castelo Branco. A obra deve ter começado há três meses e ainda não acabou, ou seja, parece que está parada e isto é um bocado um exemplo daquilo que se passa no nosso concelho. A obra parece que começa com muita pompa e circunstância e mais nada. Nós precisamos de festas, precisamos de uma boa gestão corrente, equidade com as contas correntes para não cairmos em problemas. E depois não vemos aquela ambição e depois acaba por ser uma sementezinha que se planta. Se a Câmara tem aquela ambição de criar, de fazer, também as empresas à volta acabam por seguir esse rumo, é quase como uma doença contagiosa, no bom sentido. Penso que temos de ter alguma atenção com isso e procurar obras estruturantes.

Em relação às refeições das IPSS, do ano passado, aquelas que não tinham as faturas, a mim, aparece que está pendente de aprovação da Assembleia, isto é o que aparece no portal. Aliás, quem me chamou a atenção para isso, foi outro pai e depois fui ver e é o que realmente aparece. Na Assembleia não existe nenhum ponto acerca deste assunto. Queria só um esclarecimento.

Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS/PPM) – Mais um verão quente que nos deixou e com um outono chega o ano escolar, como sempre pleno de expectativas, quer para os miúdos, quer para os graúdos.

Quantos de nós se lembra e muito bem do que representava o dia de volta à escola, ou o primeiro dia de uma nova escola. Hoje tudo está diferente, mas a expectativa dos mais novos não deixam de estar presentes. Novidade é forma como as notícias sobre esta fase educativa nos entram pela nossa casa adentro, nomeadamente, pelas televisões e raramente pelas boas razões. É



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

a falta de professores, de funcionários, a falta de vagas na escola pretendida, a falta de lugares nos jardins de infância, tudo isto, a juntar às dificuldades que o dia a dia têm para oferecer a todos nós.

Como o Senhor Presidente deve saber, um dos maiores problemas, de hoje, é a falta de funcionários. Como todos sabemos, os anos escolares iniciam sempre no início de setembro. Muito trabalho é feito nas escolas durante o verão para que tudo esteja pronto quando chega a data do arranque. Com um bom planeamento é possível minimizar os problemas e com isso não necessitar de remediar a curto prazos.

Permita que lhe coloque uma questão, haverá da parte Serviços da Câmara as mesmas preocupações e capacidades de planeamento? Queremos acreditar que sim.

Então como e quando foram acauteladas esta necessidade de assistentes operacionais nas escolas do concelho?

Então porque no dia de hoje, as necessidades não estão minimamente salvaguardadas, a quem deverão ser pedidas as devidas responsabilidades?

Como o Senhor Presidente bem sabe, os eleitos da Coligação PSD/CDS/PPM estão e estarão aqui para de uma forma construtiva a ajudar a ultrapassar as dificuldades e problemas, mas não irá contar connosco para subscrever tamanhas irresponsabilidades que nada mais fazem do que complicar a vida daqueles que querem o melhor para o seu concelho.

Por agora aguardamos o que tiver para nos dizer, esperando não haver necessidade de aqui voltar para trazer este mesmo assunto.

Resta-nos desejar a toda a comunidade escolar o melhor ano letivo possível com muita saúde e vontade de viver e estudar em Castelo Branco.

Maria do Carmo Nunes (S-MI) - É com bastante agrado que verificamos, iniciado o ano letivo 2023/2024 no IPCB, se encontram mil e duzentos novos estudantes já matriculados, 17 licenciaturas com todas as vagas preenchidas e todas as licenciaturas com funcionamento assegurado para o ano letivo que agora inicia.

O aumento sustentado de novos estudantes demonstrativo da confiança e da qualidade da formação ministrada, bem como nas condições oferecidas aos seus alunos.

Na 1ª fase deste concurso, o IPCB foi a instituição que mais cresceu comparativamente a outros Politécnicos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O IPCB ficou colocado na 4ª posição das instituições do ensino superior, onde se verificou o aumento do número de colocados e foi a instituição que mais cresceu em todo o interior do país.

Comparativamente com o ano de 2022, verificou-se nesta fase um aumento de 6 % mais quarenta e dois estudantes. O número de novos estudantes, tenderá ainda a aumentar com os colocados na 3ª fase do concurso nacional, estando disponíveis apenas noventa e nove vagas para este contingente.

A oferta formativa do IPCB é abrangente diversificada com mais setenta cursos técnicos superiores profissionais, licenciaturas, pós-graduações e mestrados, nas diversas áreas científicas lecionadas nas suas escolas superiores.

O IPCB, mantém assim, o seu trajeto de desenvolvimento com o aumento de novos alunos estudantes a preocupação da revisão da oferta formativa, a execução de projetos no âmbito do plano de recuperação e resiliência, a progressão de carreiras na carreira do corpo docente e não docente, a organização de iniciativas científicas, culturais e pedagógicas, mas toda para toda a comunidade e de livre acesso e evolução para uma organização mais inclusiva e sustentável com claras preocupações ambientais.

Nesse sentido o IPCB tem em marcha um conjunto significativo de obras de qualificação de edifícios das suas escolas superiores, a Agrária e de Educação, realizada no âmbito do projeto Rede Politécnica A23, consórcio do qual é entidade líder.

O orçamento global é aproximadamente de um milhão de euros e a intervenção prevê a requalificação total do auditório da escola superior de educação no que se refere a pavimento, cobertura e revestimento, será renovado o hall de entrada da escola, substituído o pavimento e equipamento. Estas obras irão permitir com toda a certeza uma melhoria significativa de infraestruturas e equipamentos para o benefício de todos, especialmente de alunos.

Uma intervenção profunda está também em marcha no refeitório da Escola Superior Agrária com a instalação do novo sistema de climatização e inclusão de um espaço co-working.

Estão ainda previstas novas intervenções nestas e noutras escolas do IPCB, com um investimento cerca de cinco virgula sete milhões de euros, no que refere à reabilitação de fachadas e coberturas de edifícios, bem como, a substituição de equipamentos técnicos com o objetivo de melhorar substancialmente a eficiência energética e hídrica da escola.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A presença de alunos, colaboradores, docente e não docentes em Castelo Branco é um impulso para o desenvolvimento económico, contribui consideravelmente para o rejuvenescimento da cidade e para a fixação de pessoas e novas famílias. Fomenta a competitividade da região, quer pelo aumento da formação da população e a instalação de novas empresas, quer pela diversidade cultural, social que proporciona. E o IPCB é uma instituição credível e rigorosa de atitude renovada, com provas dadas no desenvolvimento sustentabilidade do território. Trazendo jovens para a região particularmente para Castelo Branco e Idanha-a-Nova, resultando um trabalho responsável e uma estratégia de desenvolvimento bem definida, concertada, planeada pelos responsáveis e sua equipa com apoio de alunos, docentes e não docentes e todos os parceiros envolvidos.

O apoio ao IPCB, ao nível de infraestruturas, instalações e equipamentos não pode, pois, ser descurado, tendo em conta o crescimento comprovado da instituição e da sua terminação a evoluir por uma instituição mais preparada para competir e vencer num mundo em constante mudança, tornando-se uma instituição mais forte e mais interventiva e dando um contributo terminante desenvolvimento cultural, social e económico do país.

Merece, pois, o reconhecimento e o apoio de todos nós. A nossa confiança e respeito. Pois é uma instituição que privilegia o mérito e está fortemente comprometida com o ensino de qualidade, com projeção regional, nacional e internacional ao nível da ciência, investigação e inovação.

Termino a minha intervenção com a seguinte citação “A educação é o nosso passaporte para o futuro, porque o amanhã pertence aos que se preparam hoje para ele”.

Maria Cristina Vicente Pires Granada (PS) - Venho falar do Tribunal Central Administrativo do Centro que ficará sediado em Castelo Branco, a coesão territorial não se faz como bem sabemos, sem vontade política. É preciso conciliar as opções da tutela com as propostas e opções locais.

Apoiaremos abertamente as opções de desenvolvimento e crescimento que a Câmara Municipal de Castelo Branco vier a sujeitar-nos. E depois da Ministra da Justiça ter anunciado em Castelo Branco, no Conselho de Ministros, de 24 de agosto, último, aprovou a instalação do novo TCA em Castelo Branco.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Este tribunal com a designação TCA do Centro, conforme ampla divulgação na comunicação social e outra, será instalado num edifício cedido e adaptado para efeito pela autarquia albicastrense.

Para mais, o diploma legal que apresentou a criação do TCA do Centro, bem como, a sua localização, decorre de um Decreto-Lei que introduz alterações ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais e ao Código do Procedimento do processo tributário que concretizam alguns dos objetivos do plano de ação estratégica para a justiça administrativa e fiscal com vista a melhorar a eficiência e a capacidade da resposta.

De destacar que a criação e instalação desta estrutura em Castelo Branco vem responder a uma necessidade sentida, procurando-se para tal, descongestionar os Tribunais Centrais do Norte e do Sul e reduzir as pendências na 2ª instância onde é referido que tem havido um maior aumento de duração média de resolução dos processos.

Assim sendo, e apesar da polémica inicial causada pelo Município de Coimbra, a decisão do Governo recaiu sobre Castelo Branco.

Acredita-se que a escolha de Castelo Branco não surgiu de geração espontânea, deveu-se antes, ao facto de o Município de Castelo Branco ter apresentado disponibilidade para acolher a estrutura considerando a sua relevância na potenciação de uma região com baixa densidade de população.

E no decorrer da iniciativa do Governo com o programa “Governo mais próximo”, em que Castelo Branco acolheu a reunião de Conselho de Ministro no decorrer do ano de 2023, foi anunciada a criação do novo Tribunal Central Administrativo do Centro como um sinal de investimento, deste Executivo, na coesão territorial.

Ficamos satisfeitos por saber Senhor Presidente, que a Câmara Municipal de Castelo Branco e o Município de Castelo Branco estão disponíveis para a construção de um campus de justiça, no qual se pretende que venha a figurar um julgado de paz.

Da nossa parte, é totalmente legítima a sua abordagem à tutela, nesse sentido, atendendo a que atualmente no nosso Distrito, o Município de Castelo Branco se encontra entre os poucos concelhos que não dispõem da figura do julgado de paz.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, após dois anos de mandato que consideramos bons, a bancada do PS desta Assembleia, congratula-se e reforça o apoio ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

seu Executivo e deseja a todos os presentes que continuemos a lutar pelo preenchimento do “copo meio cheio” para que fique completamente cheio.

O trabalho depende de todos nós, lentando os problemas, as questões trazendo-as aqui, trazendo-as ao Município para que sejam resolvidas. Todos juntos com críticas, com apoio, estamos para apoiar Castelo Branco.

O nosso apoio e felicitações ao Município por estes dois anos bem-sucedidos.

Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo (S-MI) - Estamos a meio deste mandato autárquico, dois anos de sermos eleitos é tempo de fazer um balanço, mas também é tempo de falarmos do futuro e dos dois anos de mandato que ainda temos pela frente.

Precisamos de pensar o presente e o futuro. Que futuro queremos para a nossa cidade, para o nosso concelho e para os nossos filhos e netos. Que futuro estamos a preparar para aqueles que vem depois de nós.

O passado deve servir para aprender com erros e com as decisões acertadas, mas é sobre o futuro que queremos falar.

Precisamos de falar sobre os desafios que temos pela frente, como seja, a crise na habitação, as alterações climáticas e daquilo que podemos fazer individual e coletivamente para as combater. Falar da falta de água, da saúde da coesão territorial, da competitividade que o nosso Concelho necessita para proporcionar melhor emprego, empregos qualificados, bem remunerados e que possam manter o nível de vida e o bem-estar dos cidadãos, promovendo assim, um crescimento económico e o empreendedorismo.

Muito teremos para falar deste de outros assuntos que são prementes e que é imperioso que os podemos discutir e encontrar soluções em conjunto, mas o tempo é escasso e por isso hoje irei centrar-me na coesão e na competitividade que queremos para o nosso concelho.

A coesão territorial como todos sabemos é fazer com que todos os cidadãos tenham os mesmos direitos e acessos aos mesmos serviços, à saúde, educação, justiça, cultura, ao desporto, aos desportos e muitos outros independentemente da área geográfica onde residem.

A saúde é essencial porque dá segurança às pessoas, o acesso á educação permite ativar o inovador social e possibilita que as pessoas possam ambicionar ter uma vida melhor.

Os transportes são fundamentais para que todos possam ter acesso aos serviços e ter a sua mobilidade assegurada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Temos de lutar para quem vive no interior do país, tenha os mesmos direitos e oportunidades de quem vive no litoral ou nos centros urbanos.

Castelo Branco tem potencial para ser uma cidade farol na sustentabilidade e na mobilidade sustentável, precisamos de ter cada vez mais uma cidade moderna e competitiva.

Temos uma cidade rica em espaços verdes, que é um exemplo a nível nacional, o que proporciona elevada qualidade de vida e bem-estar aos cidadãos.

Precisamos continuar a ampliar ciclovias, fortalecer o programa das bicicletas partilhadas, investir na iluminação urbana em leds, aumentar o número de postos par carregamento de automóveis elétricos, incentivar e dar o exemplo na poupança da água e muitas outras medidas que nos podem tornar mais competitivos e mais sustentáveis.

Por falar em competitividade, importa referir que perdemos a oportunidade de aderir aos bairros digitais que seria mais um passo no avanço e progresso em direção ao futuro que está em marcha em todo o mundo. Um programa que poderia revolucionar e modernizar o comércio local e a relação da população com esse mesmo comércio, perdemos assim, um apoio que podia ir até dois milhões de euros.

A Covilhã conquistou mais um serviço para o seu hospital, o serviço de cardiologia de intervenção, um serviço que irá beneficiar a saúde da região norte do nosso Distrito e que será mais um atrativo na captação de profissionais de saúde para aquele hospital.

Temos também a sensação de que o turismo do centro tem dado maior apoio e maior destaque à Covilhã, em detrimento de Castelo Branco.

Castelo Branco pode projetar e deve tudo àquilo que tem de atrativo e em conjunto com os outros concelhos da Beira Baixa, pois só assim poderemos todos juntos conquistar turistas e visitantes.

Pedimos ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que exija ao Turismo do Centro o mesmo destaque e apoio para Castelo Branco que tem dado a outros concelhos e que dessa forma possa também aumentar a nossa competitividade a esse nível.

O Fundão tem conseguido fortalecer o seu centro tecnológico com grande sucesso com empregos qualificados que permitem fixar jovens e dinamizar a economia local e regional.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Entendemos que é Castelo Branco que pode e deve liderar toda esta região a que chamamos a Beira Baixa que aliás, devia estar toda unida numa única Comunidade Intermunicipal o que nos daria força a todos.

Sentimos que estamos a ser ultrapassados pela Covilhã e pelo Fundão, em peso político, em capacidade de influenciar, em capacidade de atrair investimentos e empregos qualificados. Com mais empregos qualificados, teremos mais dinamismo empresarial, mais empreendedorismo, mais crescimento e atividade económica. Portanto, aquilo que precisamos é que o Senhor Presidente da Câmara Municipal faça ouvir a sua voz junto do Governo para exigir melhores condições, mais serviços e mais saúde para os municípios de Castelo Branco.

O que queremos é procurar ativamente novas oportunidades e desafios que possam trazer mais valias para o nosso concelho e tornar o concelho de Castelo Branco mais competitivo, mais atrativo para aqui fixar os nossos jovens, os mesmos que estudam no IPCB oriundos das mais diversas regiões.

Castelo Branco não pode parar e precisa tornar um concelho mais competitivo.

Joaquim Manuel Faustino (PS) - Venho aqui falar dos Serviços Educativos que a Câmara atualmente presta, tem basicamente três vetores, três dimensões, três eixos, chamem-lhe quiserem, é a escola a tempo inteiro, o PISE e o apoio à família. As estatísticas são conhecidas, os números igualmente e as ações conhecidas são, apenas lembro números do ano letivo 2022/23, a Escola a Tempo Inteiro, envolveu 1650 crianças, o plano integrado e inovador ao combate escolar envolveu aproximadamente 1500 crianças e 3000 pais, o apoio à família como o apoio às creches e às refeições, é claro que partilho das preocupações que o Deputado do “CHEGA” aqui trouxe.

Envolveu nas creches 280 crianças, teve um custo aproximado de 2.262,141,80€, no 1º ciclo envolveu 959 crianças um custo de 78.503 € isto números relativos ao ano interior.

Uma questão que deixo aqui ao Sr. Presidente da Câmara, então este ano vamos ter números melhores, isto é, à mais crianças no concelho e crianças apoiadas, é esta questão que deixo aqui no ar.

Para acabar, tenho uma revista que se abrirem na página 28 diz isto, estudantes de Castelo Branco, com centro de estudos de porta aberta 24h por dia.

Muitos parabéns Sr. Presidente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Joaquim Abrantes (PS) - Vim aqui para vos falar de uma situação que é atual, está a decorrer e tem a ver com a juventude.

Castelo Branco é hoje reconhecido como município amigo das juventudes. Inúmeras iniciativas para os jovens têm vindo a ser desenvolvidas pela autarquia justificam a meu ver o galardão que em boa hora foi atribuído.

A opção assumida por aquilo que considero de boas práticas levou a que habitual retórica, a indiferença e a demagogia bafienta, dessem lugar a ações concretas que tanto como me apercebo, evidenciam já uma tendência transformadora no que à juventude diz respeito.

Dito isto, e neste âmbito, gostaria de realçar o que aqui acontece de relevante em Castelo Branco.

A semana da juventude a decorrer entre os dias 23 de setembro e de 1 de outubro, confirma de forma inequívoca uma aposta diferenciadora, eventualmente dirão alguns que é mais folclore, dir-lhes-ei, olhem que não a mudança de paradigma é mesmo a sério, e se não vejam, o evento decorre num espaço de eleição, a organização do território foi criteriosa, atividades disponíveis em enorme abrangência incluindo feira do livro com um presença muito significativa e oferta de grande diversidade, street gaming, dança, teatro, música e arte urbana e muito importante custos controlados.

Para terminar porque o tempo é escasso e desculpando-me de alguma presunção que eventualmente tenha evidenciado, diria apenas que só algum mau feitio, ou avançar da miopia justificaria uma apreciação muito diversa da que assumo.

A semana da juventude constitui seriamente mais um êxito de percussão dos objetivos traçados, aos promotores o mérito que lhe é devido, por certo os jovens agradecem.

André Carvalho (PS) - A minha intervenção nesta Assembleia, tem como único propósito o desporto e a atividade desportiva.

O mês de setembro em Castelo Branco, foi pródigo em eventos desportivos de cariz nacional, que indicaram a cidade de Castelo Branco como referência a nível nacional desses mesmos eventos.

Por um lado, o futebol de rua como desporto de massas, por outro, o futsal e o andebol femininos como desportos de competição.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O futebol de rua trouxe a Castelo Branco, 26 equipas e 300 atletas de várias cidades do país.

Estas finais do campeonato nacional do futebol de rua, além da imagem desportiva, elevam o patamar da cidadania, das atitudes e dos valores.

O futsal e o andebol femininos trouxeram á cidade as equipas de maior índice competitivo e valorização profissional, proporcionando aos albicastrenses eventos nacionais de elevado grau desportivo.

Mas os albicastrenses souberam responder a estes eventos, comparecendo às centenas no futebol de rua, esgotando o pavilhão municipal de Castelo Branco.

Queria deixar também uma palavra de agrado às associações distritais das respetivas modalidades que com competência e seriedade elevaram o nível da organização. Ainda no mês de outubro, a notícia que a volta á Espanha irá ter o final de etapa em Castelo Branco.

Uma prova desta envergadura coloca a imagem de Castelo Branco no exterior, como capital de distrito de excelência e de competência.

Parabéns á Câmara Municipal de Castelo Branco, parabéns ao Presidente da Autarquia, parabéns à cidade de Castelo Branco e parabéns acima de tudo aos albicastrenses.

Para terminar e como não á bela sem se não, uma nota deveras negativa a algumas reações nas redes sociais, vá se lá saber quem, tentando desvalorizar os eventos desportivos, mas como diz o provérbio “não podemos agradar a gregos nem a troianos”, esta é a estratégia para denegrir o desenvolvimento e o saber fazer do município.

João Miguel Pereira (PS) - TRH é uma nova empresa de base tecnológica instalada no antigo edifício dos CTT que vem demonstrar fazer-se um trabalho e não sei se á eleições intercalares.

Mas, parece que estamos aqui num balanço de dois anos, temos um mandato de quatro anos, fomos eleitos estamos para quatro anos o PS está cá como sempre esteve para trabalhar.

Utilizamos um espaço nobre na região histórica, com trabalhadores qualificados e que também veio dar aqui uma resposta aos investimentos que estão a ser feitos no IPCB, fico bastante agradado. Vem dar também uma resposta na ligação às nossas universidades e alunos e, portanto, é um novo paradigma, vivemos num mundo digital, hoje é mau, mas hoje é tudo. Aliás quando a avaliação do Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco é avaliada pelo Facebook está tudo dito.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Carla Sofia Massano Lopes (PS) - Não podia deixar aqui de intervir depois de termos iniciado esta reentre com a 1º intervenção que me indigna pelo seu caráter racista e xenófobo. Lembrar que a espaço para o debate político, mas não à espaço para intervenções que atentam contra a Constituição da República.

Lembrar ainda que os emigrantes neste país, contribuem com 13% para a Segurança Social, são 630.000 trabalhadores que contribuem para o saldo positivo da segurança social.

Presidente da Câmara – Começo pelo Senhor Professor Doutor Ernesto Candeias Martins, a quem agradeço as perguntas que aqui colocou. Como sempre, perguntas que refletem o seu pensamento sobre o território e também a forma abrangente como olha par ao mesmo.

Barragem do Barbaído, um ponto da situação sobre o Plano Estratégico da Água. Há uma coisa que é certa Senhor Deputado, a Câmara Municipal de Castelo Branco não concorda com a construção do regadio a sul da Gardunha. Sabemos, hoje, aquilo é que o que é a situação de seca e de alterações climáticas, a não ser que estejam asseguradas condições de fornecimento de água para consumo humano no concelho de Castelo Branco.

Todos nós sabemos aquilo que foram as dificuldades porque passou esta cidade e este concelho no passado. Sabemos que estas alterações climáticas, são cada vez mais agudas e com resultados mais extremos e, portanto, temos por objetivo, como disse, a construção da barragem do Barbaído. Temos começado também, já foi efetuado um projeto para a barragem do Barbaído, esse projeto quando da assinatura do protocolo ou do contrato entre a Câmara Municipal e as Águas de Lisboa e Vale do Tejo, passou para concessão desse entidade e aquilo que temos vindo a conversar, ainda não o conseguimos é verdade, é que a EPAL nos ceda o projeto da barragem. Temos o compromisso do novo Presidente do Conselho de Administração o Sr. Engenheiro Carlos Martins, com quem reunimos recentemente, que o Conselho de Administração da EPAL, em breve nos cederá o projeto para que possamos retomar aquilo que é um objetivo estratégico e importante para o futuro de Castelo Branco.

Estratégia para habitação, a estratégia local para a habitação, enviamos ainda esta semana para o IRU, a proposta de estratégia local de habitação. Como também sabe no início deste mandato havia vários municípios que já tinham feito e concluído e aprovado a sua estratégia, no caso de Castelo Branco apenas havia um contrato com uma empresa de consultadoria para que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

essa mesma estratégia fosse desenvolvida, foi isso que estivemos a fazer ao longo deste tempo, teremos condições, acredito de nos próximos tempos trazer aqui para deliberação a sua aprovação.

Vespa asiática, é de facto uma preocupação. Uma preocupação também em termos de sustentabilidade, porque quando falamos da vespa asiática e dos seus efeitos devastadores e naquilo que é a atividade apícola, ficamos preocupadíssimos, relativamente às abelhas que produzem mel e ao seu papel na polonização. A Câmara Municipal tem um plano de intervenção no combate à vespa asiática e posso informá-lo que desde o início do ano, já foram destruídos 115 ninhos de vespa asiática.

A sinalização é feita pelos Senhores Presidentes e pelos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e União de freguesias, mas é também feita muitas vezes por cidadãos, que identificando esses ninhos fazem chegar ao Senhor Coordenador Municipal de Proteção Civil, que é ele que regula e organiza essa destruição, fazem chegar essa informação e depois facilmente agimos.

A Senhora Deputada do CHEGA, fala-nos sobre multiculturalidade e fala-nos sobre a presença dos emigrantes. Nós queremos uma cidade e um concelho seguro, mas sincera não acredito, Senhora Deputada, que seja pelo facto de termos habitantes de outras regiões ou de outros países, que o nosso concelho será menos seguro e um concelho menos bom para viver.

Esse projeto é construído com todos e é construído também integrando aqueles que vem de fora e que trazem até nós um contributo na colmatação de necessidades, nomeadamente, nas nossas empresas e a esse propósito, recordo aqui que só na empresa "Aptiv", que já emprega mais de 1200 pessoas, 25 % são trabalhadores estrangeiros.

E a pergunta que faço é, queremos que a "Aptiv" e outras empresas continuem a progredir, continuem a empregar pessoas e continue a fazer riqueza em Castelo Branco, ou vamos impedir que isso aconteça, por sermos intolerantes, relativamente, aqueles que vem de outros locais de outras terras. Recordo também o projeto iniciado pelos portugueses, há muitos séculos atrás, um projeto que deu novos mundos ao mundo, que levou os portugueses aos 5 cantos desse mesmo mundo e onde os portugueses sempre tiveram uma atitude de integração, uma atitude de respeito e onde na generalidade das situações foram rejeitados, enquanto povo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

enquanto homens e mulheres e enquanto homens e mulheres portadores de uma cultura que defenderão pelo mundo por onde passaram.

O Senhor Deputado Miguel Barroso, fala-nos sobre a candidatura de Castelo Branco, aos bairros comerciais digitais foi um processo longo Sr. Deputado. A nossa candidatura aos bairros comerciais digitais, foi um processo que envolveu, nomeadamente, três entidades que com a Câmara participaram nesse projeto. Posso referir-lhe a Associação Comercial, a Associação Empresarial e também a Associação Amato Lusitano.

Posso dizer-lhe também que o projeto foi aprovado na 1ª fase de candidatura e que quando devia ter sido submetido na 2ª fase de candidatura, houve um problema de documentos, que a pessoa responsável pela submissão da candidatura não conseguiu ter dentro do prazo o que impossibilitou a nossa candidatura a esse projeto de financiamento.

Poderia uma atitude drástica sobre esse funcionário, penso que isso não resolvia nada, penso que isso diminuiria a Câmara Municipal e aqueles que aqui trabalham. Infelizmente, neste e noutros casos somos humanos e nem sempre conseguimos cumprir dentro daquilo que é o prazo legalmente estabelecido, aquelas que são as nossas obrigações. Mas, não será por isso Sr. Deputado que o comércio em Castelo Branco deixará de ter apoios, antes pelo contrário, decorreu durante o verão um concurso que teve um investimento da Câmara Municipal, um valor de 100 mil €, que envolveu 117 lojas, que recolheu 117.000 senhas cujo valor é superior a 20 € de que resultou um movimento no nosso comércio de mais de 2.350.000 €, estão apurados os vencedores foi um enorme movimento nos estabelecimentos comerciais da nossa cidade. Como disse estão apurados os vencedores e são muitas dezenas de pessoas premiadas que irão refletir aquilo que foi o apoio da Câmara Municipal naquilo que foi o investimento do comércio tradicional porque é aí que irão fazer as compras no valor dos 100.000 € sorteados nesse projeto. É um projeto que decorreu em colaboração e articulação com a associação ACIBB que teve aqui um papel relevante no que aqui diz respeito à dinamização do concurso e à sua concretização.

Mas posso acrescentar mais, no que diz respeito, à digitalização, estamos com um investimento da Câmara Municipal, a proceder à digitalização do Centro Coordenador de Transportes. Para além disso, posso ainda informar que haverá um conjunto de avisos no âmbito do PRR referentes precisamente à digitalização e a esta nova forma de encerrar o comércio e também as cidades, na qual, naturalmente, a Câmara Municipal participará.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O Sr. Deputado, Armando Ramalho, traz aqui um conjunto de questões e de cometários que são a sua visão sobre a cidade e sobre o concelho. E aí Sr. Deputado, devo-lhe dizer que discordamos profundamente. E discordamos porque provavelmente, a Câmara Municipal e o seu Executivo não estão a fazer bem o seu trabalho, no que diz respeito á divulgação daquilo que todos os dias fazemos em prol de Castelo Branco e dos albicastrenses.

Assumo esse erro, assumo o erro de não termos a divulgação que os senhores gostariam e precisam, mas também por aí, tentaremos dar uma resposta e encontrar uma forma mais célere e mais visível de comunicar aquilo que é a ação, aquilo que é o trabalho e aquilo que é a intervenção e, sobretudo, o impacto desse trabalho da Câmara Municipal.

Não concordo consigo Senhor Deputado quando diz que a alteração da estrutura organizacional da Câmara, é um retrocesso relativamente á organização da mesma.

Devo-lhe dizer que essa estrutura está em desenvolvimento, ou que a alteração da estrutura está em desenvolvimento. Se não estou em erro, foram feitas esta semana entrevistas a 2 candidatos de dois Departamentos. Trazemos hoje a esta Assembleia, uma alteração da constituição do júri de um outro Departamento e aliás penso que já terminou o período de candidaturas para chefes de divisão.

Portanto, Senhor Deputado, a alteração organizacional em nada interfere com aquilo que é o trabalho presente e passado recente da Câmara Municipal, acreditamos sim que com esta alteração, iremos melhorar os serviços da Câmara Municipal, nas suas áreas diferentes de intervenção e pena é que este trabalho não tivesse sido feito antes, porque a complexidade do trabalho da Câmara Municipal aumentou significativamente, como o senhor sabe, nomeadamente, pela transferência de competências na área da educação, também na área da ação do serviço social, o que leva a que os nossos dirigentes tenham um trabalho difícil de concretizar pela complexidade e diversidade dos assuntos a que tem de fazer face.

Promessas por cumprir, um plano eleitoral, no qual, o Senhor não se revê, mas desculpe-me, é com humildade que lhe digo que este plano eleitoral foi aquele que foi sufragado pelos albicastrenses, fez ontem dois anos. E é este plano eleitoral que estamos a cumprir, tal como disse o Senhor Deputado João Pereira, num período temporal de quatro anos. Já diz o ditado popular e já diz o conhecimento popular e também científico, que “Roma e Pavia não se fizeram apenas num dia”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

E, caro Senhor, Deputado Ramalho, por quem tenho estima e consideração, que também aqui, “Roma e Pavia não se farão apenas num dia” e mais do que isso, também aqui tudo aquilo que ambicionamos para Castelo Branco, para os albicastrenses e para o futuro da nossa região, não se concretizará apenas em quatro anos, a nossa ambição é muito mais que isso a nossa ambição vai muito mais longe que isso. Mais á frente, responderei às questões que aqui coloca, nomeadamente, às obras que não estão em curso, nomeadamente às obras que não se conhecem.

O Senhor Deputado, António Falcão, fala-nos aqui sobre as feiras e os festivais nas freguesias. E só lhe digo isto Senhor Deputado, acho curioso, que aqueles que aqui nesta Assembleia Municipal e também ali naquela bancada nos criticavam pelo facto de não darmos resposta a este tipo de atividades nas freguesias, agora venham dizer que isso não é positivo. É de facto positivo, temos levado a cultura, as tradições, a dinamização económica às nossas freguesias e até hoje não tive nenhum Presidente da freguesia, tal como diz o Senhor Presidente da União de Freguesias dos Escalos de Baixo e Mata, não tive nenhum Presidente de União de Freguesias, a dizer Senhor Presidente, não queremos este tipo de atividades, porque são prejudiciais á nossa freguesia e às gentes que cá vivem.

Senhor Deputado João Ribeiro, fala-nos sobre democracia e cidadania. E aquilo que lhe deixo, também com estima e consideração que tenho por si. É que todos somos responsáveis também naquilo que diz respeito a este aspeto.

E algumas declarações, feitas de forma demagógica e apenas com o objetivo de ter mais apoiantes, ou de ter maior visibilidade em termos mediáticos, são prejudiciais para a democracia e são prejudiciais para com o respeito que deve haver por todos aqueles que exercem cargos de responsabilidade, sejam cargos de responsabilidade autárquica, sejam cargos de responsabilidade política, governativa, legislativa, sejam cargos de responsabilidade como médicos, professores, engenheiros, seja o senhor que todos os dias logo pela manhã se levanta cedo para limpar as nossas ruas e para fazer com que tenhamos uma boa qualidade de vida. E aquilo que alguns Partidos Políticos, em Portugal, tem feito, no que diz respeito a alguma demagogia, não melhora o nosso ser e o nosso estar perante as instituições e também o respeito institucional que temos de ter por essas instituições.

Agrada-me que siga o meu perfil no Facebook, tenho por hábito dar os bons dias aos albicastrenses. Geralmente, acompanhado de uma fotografia da nossa cidade, ou do nosso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

concelho, mas tenho feito mais do que isso Senhor Deputado. O Senhor também não tem estado muito atento porque não publiquei apenas fotografias das obras do acesso à A23. E já agora também e ainda bem que se coloca essa pergunta, explico porque é que essa obra ainda não está concluída.

Como sabe, entre a colocação do betuminoso e a marcação da estrada, tem de mediar um período de tempo para que depois o alcatrão não vá comer a tinta que aí é colocada. Mas, aqui acontece mais que isso... acontece que a empresa concessionária da A23, nos pediu para não concluirmos a sinalização na via que intervencionamos porque eles próprios vão fazer uma recarga de betuminoso nas duas rotundas que estão no nó central de acesso à A23 e não faria muito sentido, estarmos a pintar só esta parte, enquanto isso não estiver feito e aquilo que foi decidido foi fazermos a pintura conjunta daquele espaço. Aquilo que pedi é que estas recargas de betuminoso, sejam feitas com a maior brevidade possível.

Refere aqui e coloca aqui uma questão e muito bem, que tem a ver com o pagamento do valor das refeições aos alunos que frequentam as Instituições Particulares de Solidariedade Social, como o Senhor Deputado sabe, tivemos de alterar o regulamento porque essas instituições não pagavam uma fatura discriminada e isso levou a algum atraso nesse mesmo pagamento, efetivamente existiu e a senhora Vereadora já o confirmou, existiu um lapso na informação que estava na plataforma. Aquilo que devia estar escrito, não era pendente da Assembleia, mas sim, pendente do Executivo, porque é o Executivo que tem competência para aprovar o pagamento dessas refeições, já está corrigido na plataforma essa situação, agradeço-lhe o alerta que aqui deixou.

O Senhor Deputado Carlos Antunes, fala-nos sobre a falta de professores e de funcionários e a falta de vagas na escola que se deseja. E este aspeto, Senhor Deputado é um aspeto que também reflete, aquilo que tem sido o progresso e a dinamização do concelho.

Quando nos comparam com outros para nos denegrir e deitar abaixo, acho que devíamos ser mais sérios. Acho que devíamos olhar mais de forma mais positiva para Castelo Branco, na comparação com outros concelhos, pelos quais tenho estima e consideração. Mas, onde não se faz melhor e onde não se faz mais que em Castelo Branco, antes pelo contrário. Castelo branco é um farol, Castelo Branco é um polo de desenvolvimento e é um concelho e uma cidade que se afirmam.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

E também se afirma uma captação de novos residentes e também num aumento de um número de alunos nas nossas escolas. E já o disse aqui em diferentes ocasiões e noutros fóruns, que durante o último ano letivo entraram nas nossas escolas entraram mais de 350 alunos. Isto não acontece por acaso, estes alunos não caem aqui de paraquedas, estes alunos vêm com as suas famílias e vêm trazer ou refletem o facto de termos mais gente no nosso concelho. E já este ano letivo, tivemos necessidade de abrir mais turmas, sejam turmas no ensino básico, sejam turmas no ensino secundário. E temos preocupações, relativamente, a este aspeto. E são as preocupações dos Senhores Diretores e Diretoras dos Agrupamentos, relativamente a este aspeto, é termos capacidade no decorrer deste ano que agora se está a iniciar, o mesmo que aconteceu no ano anterior, para incorporar alunos que vem estudar para Castelo Branco e para os nossos Agrupamentos.

Não me estou a escusar a responder-lhe á questão do pessoal não docente. Lançamos concurso para admissão de trabalhadores não docentes, assistentes operacionais e assistentes técnicos, concorreu muita gente, salvo erro mais de 350 pessoas, só para o Concurso de Assistentes Operacionais, temos um júri constituído por trabalhadores e dirigentes da Câmara Municipal que tem todos os dias inúmeras solicitações, que faz com que este concurso não tenha a celeridade que gostaríamos que tivesse e que os serviços também têm essa preocupação.

Já falei com esses dirigentes e com esses trabalhadores, no sentido, de dar uma resposta mais rápida possível a este aspeto que é positivo que também nos preocupa e sabemos que condiciona o funcionamento das escolas e também a resposta das escolas a muitas das suas necessidades.

Quanto à intervenção da Senhora Deputada da Maria do Carmo, sobre o Instituto Politécnico de Castelo Branco, ninguém se congratula mais que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, com o reforço do número de alunos no IPCB. É sempre positivo termos mais alunos, é positivo que procurem as nossas escolas e é um fator também de desenvolvimento para Castelo Branco. Tivemos também oportunidade de participar já esta semana, no evento promovido pela associação académica de castelo branco, na nossa praça, aqui na zona histórica em que tivemos oportunidade de dirigir algumas palavras aos nossos estudantes, de boas-vindas, do desejo de um percurso académico e também do incentivo que terminados os seus cursos possam ficar a residir em Castelo Branco.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Há algumas questões, relativamente, ao preenchimento das vagas que nos preocupam, alguns assuntos que penso que terão de ser equacionados de forma muito séria pelo IPCB, estes assuntos já foram por diversos tratados e acredito também que o Sr. Presidente do IPCB, e a equipa que com ele trabalham na direção, porque são importantes para o futuro do IPCB, são ainda mais importantes para o futuro de Castelo Branco, das nossas empresas e do seu progresso.

A Senhora Deputada Cristina Granada, fala sobre o Tribunal Central Administrativo de Castelo Branco. É de facto uma conquista extraordinária para Castelo Branco e para a região e vem de certo modo, deixar aquilo que são algumas críticas que nos foram feitas, às quais estamos a dar resposta.

O Tribunal Central Administrativo (TCA), que é um tribunal superior, um tribunal de relação, vem dar resposta a uma nova centralidade da justiça em Castelo Branco.

O Senhor Deputado Pedro Crisóstomo, fala do futuro e muito bem. Concordo consigo sobre esta reflexão sobre o presente e aquilo que é a nossa perspetiva sobre o futuro. Curiosamente, todos os aspetos que o Senhor Deputado nos aqui traz, são aspetos que estão no centro de ação política deste Executivo.

Quando fala de habitação, posso-lhe dizer que é um aspeto que está no centro da nossa ação política, quando fala da crise climática, posso-lhe dizer que estamos a trabalhar no sentido de colmatar aquilo que são os problemas referentes às alterações climáticas.

Estamos a intervir no que diz respeito á colocação do bio resíduos e já foram recolhidos desde que foram distribuídos pelos restaurantes, no projeto piloto, já foram recolhidos, se não estou em erro, mais de 20.000 kg de bio resíduos.

Estamos a trabalhar, no âmbito, da sustentabilidade ambiental, estamos também em articulação com os Senhores Presidentes das Juntas e Uniões de Freguesias, a instalar combustores nessas mesmas freguesias para também darmos respostas a estas alterações climáticas. Estamos com um plano de intervenção ao nível da gestão da água na cidade, já construímos duas plataformas, para utilização da água dos poços e até lhe posso dizer, que o incêndio que começou no Carrascal, um desses poços, mais propriamente o poço do Bairro do Cansado abasteceu os autotanques que depois foram combater o incêndio. Estamos a utilizar essa água para fazer a limpeza das ruas, estamos a utilizar essa água que de outra forma seria desperdiçada para a rega dos nossos jardins.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Estamos a acompanhar de forma muito próxima, aquilo que são os desperdícios da água da rega. Estamos a substituir alguns espaços que estavam preenchidos apenas por relva e plantas que têm maior capacidade de resistência ao calor e que precisam de menos água, alterando também a forma como essa rega é feita, passando da rega em expressão para a rega gota a gota.

A outro conjunto de intervenções que estamos a desenvolver e que a seu tempo darão os seus frutos.

Criação de novas empresas. Mais uma vez Senhores a galinha da nossa vizinha é melhor que a minha. Senhoras e Senhores Deputados, olhem bem à vossa volta, conheçam o nosso concelho, conheçam as empresas que trabalham no nosso concelho, conheçam os postos de trabalho que aqui são gerados e que aqui são mantidos. Conheçam o volume de negócios gerados nessas empresas. E se o fizerem provavelmente terão uma surpresa, como teriam uma surpresa, muito agradável se tivessem estado na sexta-feira passada, na inauguração das novas instalações da Mecalbi, instalações modernas, ambientalmente sustentáveis, proporcionadoras de um ambiente de trabalho e que faz desenvolvimento, que faz investigação e que exporta para mais de 30 países, tendo já filiais nos EUA e no México.

Mas, parece que em Castelo branco, não acontece nada, não devemos diminuir aquilo que é nosso, antes pelo contrário devemos valorizar aquilo que é o espírito empreendedor e só estou aqui a dar um exemplo, devemos valorizar o espírito empreendedor dos nossos empresários, devemos valorizar a sua capacidade de investir e de investigar e de projetar as suas empresas e o nosso concelho por aquilo que fazem.

Por isso Senhor Deputado, investigue um pouco, participe e vai ver que fica surpreendido e não terá depois a ousadia de nos vir diminuir relativamente a outros que em nenhuma circunstância fazem mais, nem fazem melhor do que aquilo que fazemos.

Senhor Deputado Joaquim Faustino, fala-nos sobre a educação e sobre aquilo que tem sido um pensamento estratégico e de intervenção do Município de Castelo Branco que está muito assente precisamente na educação e saúde.

Educação, saúde e condições para a criação de novas empresas.

Na educação, temos várias formas de intervir, e podemos também intervir ao nível das famílias e do apoio às famílias. E é assim, como foi já aqui referido pelo Senhor Deputado, Joaquim Faustino, que estamos a suportar as despesas com as refeições no pré-escolar no 1º



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ciclo. Quantos municípios daqueles que vocês têm como referência estão a fazer este trabalho. Estamos a devolver 150 € às crianças, aos pais das crianças que frequentam creches e que não têm isenção por parte da segurança social. Em quantos concelhos é que isto acontece. Temos um programa que mobilizou no ano anterior quase um milhão de euros, a que chamamos a escola a tempo inteiro, em que desde as 8h da manhã e as 20.30h da tarde, os alunos das nossas escolas, são acompanhados pelos professores e técnicos especializados no desenvolvimento das suas atividades, na promoção de novas competências e na valorização do percurso escolar desde a mais tenra idade.

Caro deputado Joaquim Faustino Joaquim Abrantes, fala-nos sobre a semana municipal da juventude. Um evento que está agora no seu início e que já é sem dúvida, um enorme sucesso. Sábado, domingo e nestes dias que têm decorrido desde a sua abertura, têm sido muitas as pessoas que participam nas atividades de forma interessada, individualmente, ou em família vivenciando aquilo que é este projeto que está a ter esta dimensão e também as mais valias e promoção do nosso concelho e região, efetivamente de muitas formas se faz um território e de muitas maneiras se valoriza esse território. Nos territórios os jovens são sempre muito importantes e fundamentais e temos um olhar especial sobre as atividades que fazemos com esses mesmos jovens.

Agradeço também do André Carvalho, que nos fala sobre os eventos desportivos recentes que ocorreram no concelho de Castelo Branco que trouxeram gente e que projetaram o nosso concelho para fora dos limites geográficos.

Hoje mesmo está no Parque Urbano de Montalvão uma exposição do Projeto Erasmus +, que vai trazer uma vez mais a Castelo Branco a possibilidade de divulgar este projeto para que os nossos jovens possam aceder ao mesmo.

Caro João Pereira, TRH, uma empresa tecnológica que reuniu com o Presidente da Câmara de Castelo Branco à cerca de uma no e meio, com o objetivo que aqui fosse a sede da empresa e aqui se empregasse pessoas qualificadas. Estamos a falar para já, de 30 novos postos de trabalho.

Trinta novos postos de trabalho de jovens licenciados, na sua maioria naturais de Castelo Branco, mas alguns que vêm de outras regiões do país.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

E eu, realço aqui a resposta aos jovens de Castelo Branco, porque queremos construir um concelho também centrado nos nossos jovens e centrado nas pessoas da nossa terra.

Todos os anos, como já referi muitas vezes saem de Castelo Branco dezenas de jovens para estudar nas diferentes universidades do país, infelizmente muitos não regressam para trabalhar connosco em termos profissionais. E são esses, em primeiro lugar que queremos de volta à nossa terra e também às nossas empresas. E são empresas como a Mecalbi, que emprega também um número significativo de jovens qualificados, sejam portadores de licenciaturas de mestrado ou outras habilitações, sejam técnicos especialistas em CNC, por exemplo, são esses jovens que também na TRH que fazem um o progresso da nossa terra e são o objetivo do nosso trabalho.

São apenas, dois dos muitos exemplos de empregabilidade em Castelo Branco.

Peço mais uma vez desculpa, isso é efetivamente culpa minha, por não ter tido ainda a capacidade para que tudo isto seja conhecido de todos vós.

Procuraremos trabalhar profícua e também mais presente no sentido de também por essa via valorizarmos Castelo Branco e de tudo aquilo que se faz de muito bom em Castelo Branco.

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA) – Eu como líder do CHEGA, acho que seguindo o seu raciocínio, as opiniões diferentes são bem-vindas, não tratamos mal, muito pelo contrário, ninguém que está no nosso território. A situação deve-se resolver lá e é essa a nossa ideia e partir para insultos, chamando racistas a pessoas que estão aqui, penso que não é correto.

Carla Massano (PS) – Só para lembrar aos Senhores Deputados do CHEGA que o único cidadão português condenado por racismo foi um cidadão do seu partido.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 27/09/2023

Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal

(alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 35.º do

RAMCB)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- a) e b) **Atividades desenvolvidas pelas associações, fundações e outras entidades de cariz não empresarial, bem como nas empresas municipais ou outras entidades em que o Município detenha alguma participação no capital social ou equiparado, e os resultados disponíveis de natureza económica financeira:** têm-se pautado pela normalidade, nada havendo a registar. Os relatórios de atividades e contas têm vindo a ser oportunamente remetidos, nos termos da lei, aos órgãos municipais.
- c) **Situação financeira em 19/09/2023:**
- i) **Saldo de Operações Orçamentais** – € 43.878.189,43
 - ii) **Saldo de Operações Não Orçamentais** – € 2.198,81
 - iii) **Valor em dívida em 19/09/2023** – € 965.473,79
 - iv) **Outros:**
 - **CMCB** – Ver anexo I.
 - **SMCB** – Ver anexo II.
- d) **Reclamações:** Nada a assinalar.
- e) **Recursos hierárquicos** – Nada a assinalar.
- f) **Processos judiciais em curso/ fase processual atual** – Ver anexo III.

Presidente da Câmara - A Câmara Municipal enviou atempadamente aquilo que é a atividade durante este período que intermedeia entre a última Assembleia e esta, são se não estou em erro, 400 páginas de informação que de forma muito concisa e organizada vos fizemos chegar.

Reafirmo os meus agradecimentos à Dr^a. Deolinda, pelo trabalho de síntese e de coleção dessa mesma informação para que seja possível a Câmara Municipal, cumprir com aquelas que são as suas obrigações, também no dar resposta e dar informação aos Senhores Deputados Municipais.

Queria aproveitar a esta minha intervenção para precisamente informação, sobre aquilo que foi feito, das coisas que fizemos e que estamos em condições para fazer ao longo destes 2 anos.

Tomamos posse no dia 15 de outubro de 2021 e daí para cá, temos tido um conjunto de iniciativas e intervenções que considero a todos os títulos significativa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Relembro, mais uma vez que implementamos a escola a tempo inteiro, estamos a pagar as refeições que frequentam o ensino pré-escolar, aos alunos que frequentam o 1º ciclo do ensino básico este ano devolveremos 3% do IRS. Assumimos a delegação de competências, no âmbito, da Segurança Social, como o SAS, o RSI. Logo no princípio do nosso mandato, solucionamos um problema gravíssimo de uma empresa em Alcains que tinha ido á falência e que tinha despedido centenas de pessoas Dielmar, que voltou a abrir as suas portas, voltou a fazer fatos de qualidade para Portugal e para o mundo, onde trabalham mais de 200 trabalhadores.

Queria aproveitar também esta ocasião, para voltar a reafirmar os meus sinceros agradecimentos a dois ex-governantes e também ao Sr. primeiro-ministro, que desde o início estiveram a trabalhar em articulação com o Município de Castelo Branco para que isso fosse possível. Refiro-me ao Senhor Ministro da Economia, Cisa Vieira, também ao Senhor Secretário de Estado João Neves e, naturalmente, à intervenção muito importante do senhor primeiro-ministro. Recordo já aqui foi dito, que o Ministério da Justiça, através do Sr. Secretário de Estado, Jorge Costa e da Senhora Ministra, propuseram a criação do Tribunal Central Administrativo em Castelo Branco. Ambição de muitos, desejo de vários municípios, mas que por uma proposta de governo e depois por decisão da Assembleia da República ficará situado em Castelo branco, ainda no âmbito da justiça, deliberamos na última reunião do executivo, pedir ao Ministério da justiça, para que tenhamos também, ou que seja criado em Castelo Branco um julgado de paz.

No âmbito da Proteção civil, voltamos a afirmar a importância estratégica e a capacidade de intervenção do Executivo Municipal Intervenção. É assim que recebemos com o compromisso muito vincado do Senhor Ministro da Administração Interna, Professor Doutor José Luís Carneiro, a quem também agradeço e que em conversações na União Europeia com o seu homologado de Espanha, entenderam por bem que os 2 aviões que estão alocados para combate a incêndios no âmbito do dispositivo europeu, viriam para Castelo Branco. É também o reforço desta centralidade de Castelo Branco no que diz respeito à proteção civil e ao combate de incêndios.

Recordo que temos neste momento em castelo 2 aviões Canader, 1 helicóptero e temos estes dois aviões no combatem aos incêndios.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Implementamos uma nova concessão de transportes, MOBICAB onde incluímos como projeto piloto, único na região, o transporte flexível e estamos a suportar os custos com os passes das pessoas com mais de 65 anos de idade.

Recordo também, porque era um problema que se arrastava há um ano que encontramos através da intervenção do Senhor Vice-Presidente e também do Sérgio, encontramos uma resposta para um problema gravíssimo de direito á acessibilidade dos habitantes da Soalheira. Encontramos uma solução para a inexistência de transporte públicos nessa localidade e para a impossibilidade que havia dos alunos que vinham para Castelo Branco de utilizarem esses mesmos transportes.

Na saúde disponibilizamos um espaço para uma das duas novas UFS que entraram na segunda-feira em funcionamento, sendo que uma delas está na antiga clínica das violetas, onde a Câmara Municipal teve uma intervenção assertiva e ao mesmo tempo direcionada para solucionar este problema.

É um problema que já existia desde há muito tempo, equipas preparadas para vir para o terreno, mas onde ainda faltava alguma coisa, e uma das coisas que faltava era as instalações.

Tive ocasião de acompanhar um membro do Conselho Diretivo do Serviço Nacional de Saúde, também o Senhor Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde, o Diretor Clínico dos Cuidados de Saúde, primária, na visita que fizemos, na passada segunda-feira e também na apresentação da proposta relativa aos cuidados de saúde primários em Castelo Branco.

Recordo mais uma vez, a importância e também o compromisso da ULS, de não deixar nenhum albicastrense sem médico de família.

Ainda no âmbito da saúde disponibilizamos as duas USF que entraram em funcionamento na segunda-feira. Iremos lançar em muito breve os projetos do novo centro de saúde de Alcains e de uma nova USF em Castelo Branco.

Todos sabemos as condições em que está a funcionar o centro de saúde de Alcains, as acessibilidades e condições de trabalho dos profissionais que aí estão e também as infiltrações de água que ocorrem com alguma frequência. O novo centro de saúde que vamos construir no antigo ciclo, darão resposta a estas e muitas mais necessidades.

Aqui na avenida Nuno Álvares, como já disse muitas vezes, vamos construir uma nova unidade de saúde familiar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Temos também pronto para lançar o concurso, temos apenas a ultimar as revisões do projeto centro de estudos gastronómicos, uma luz, se assim posso dizer na formação de profissionais qualificados na área da hotelaria e da restauração, que levamos para a zona histórica, porque também por esta via queremos dar vida a esse espaço tão nobre e importante da nossa cidade.

Em breve, depois de conversas com o autor do projeto do complexo funerário São Marcos o arquiteto Cisa Vieira, iremos avançar com o concurso para a construção desse novo complexo funerário.

Estamos também em condições de lançar concurso para a qualificação da rua da Dadrá, onde temos um problema que é para resolver e também a rua dos bombeiros voluntários que é o facto de não termos ainda feito a separação entre as águas fluviais e as do saneamento e que por esta via resolveremos este problema no local, mas ajudaremos a resolver um problema, a jusante que é um problema que ocorre com muita frequência ao fim da avenida 1º de Maio. As águas pluviais, passam por baixo de uma série de prédios, nomeadamente, da avenida 1º de Maio e a nossa intenção é também com esta intervenção, ajudar a resolver esta situação.

Temos condições para lançar o concurso para as obras de requalificação da estrada da Lisga, da ampliação da placa do aeródromo municipal, da requalificação da avenida de Zhuhai e ainda da rua Eugénia Lima.

Temos projetos feitos e prontos a ir a concurso para a escola dos Escalos de Baixo, já levamos uma vez o projeto para requalificação da escola de Monforte que estamos neste momento a rever, porque o concurso ficou deserto, para voltar a colocar a concurso.

Vamos iniciar obras de requalificação no antigo bairro do Grilo, onde teremos uma intervenção direta dos SMAS, nomeadamente, no abastecimento de água. Temos também intervenção para iniciar no bairro Ribeiro das Perdizes.

Em breve iremos iniciar as obras de requalificação, porque o concurso está concluído e está praticamente pronto a iniciar as obras. As obras de requalificação de São Tiago. As obras de requalificação do ex-quartel da Guarda Fiscal, penso termos condições para iniciar ainda este mês. As obras de infraestruturação da Carapalha, as obras de requalificação, ligadas às obras da rua da Dadrá e bombeiros voluntários, obras de requalificação, ou melhor de ajustamento de saneamento, na Praça Rainha D. Leonor.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Vamos iniciar as obras de requalificação do largo da Eira, no Retaxo, a que acrescentamos ao projeto que já existia, a requalificação das ruas adjacentes.

Estamos a requalificar a estrada dos Maxiais, A ampliação dos cemitérios da Paiágua e dos Maxiais, estamos a construir o edifício de apoio às associações dos Lentiscais.

Em Alcains, para além do Largo do Santo António, abrimos e estamos a concluir também essas obras, a rua de Luís de Camões. Em Lardosa, encontramos uma empresa em insolvência, tivemos de lançar um novo concurso e já concluímos, a requalificação do Largo dos Olivais. Precisamente nesta altura, estamos a proceder á pavimentação da Rua do Ribeiro.

Na Escola Secundaria N' Álvares, temos duas obras em curso. A construção da cozinha pedagógica e a pavimentação espaço exterior do pátio do agrupamento, mais próximo da pista do atletismo.

Ainda com os Serviços Municipalizados, ou também com a ação direta dos Serviços Municipalizados, lançamos um concurso que já estão adjudicados e penso que os contratos já estão assinados, Senhora Administradora, para seis obras em diferentes localidades, nomeadamente, nos Escalos de Cima e na Lousa.

Temos diferentes projetos em desenvolvimento, porque os projetos demoram tempo a lançar, a executar e demoram tempo depois fazer concurso para a obra. Mas não paramos, antes pelo contrário, todos os dias trabalhamos de forma diligente, de forma discreta, em proximidade com os nossos serviços, para dar reposta aquilo que são os nossos objetivos.

Dizia, temos projetos em desenvolvimento para a requalificação da Praça do Centro Cívico, já foi entregue a proposta pelo arquiteto Mateo.

Temos projeto para a requalificação do ringue de patinagem do CCCCCB, a que associaremos naturalmente a reposição do teto desse mesmo CCCCCB, por isso mesmo, ainda não avançamos com essa reposição. Estamos a trabalhar no projeto da bancada da pista de atletismo, na relva do recinto desportivo que se situa á frente dessa mesma bancada.

Estamos a fazer e já há algum tempo, que é desejo da população e um desejo muito querido da Senhora Presidente da Junta de Freguesia, estamos a executar o projeto para o açude do Pomar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Os Serviços Municipalizados, estão também a fazer um projeto que é uma ambição de uma região, que é o projeto para a requalificação da estrada de S Vicente da Beira, desde a entrada da vila, até ao Casal da Fraga.

No Palvarinho, requalificamos o acesso o caminho de São Lourenço.

Em Castelo Branco requalificamos o acesso á A23. Concluimos as obras do Parque Urbano do Montalvão, da Quinta Pires Marques, da variante ao Louriçal do Campo.

Estamos a requalificar o bairro da Cruz de Montalvão.

Estamos a restaurar os altares da senhora da Orada e os altares da Capela das Rochas de Baixo. Estamos a fazer já em execução projetos para duas novas creches, uma em Castelo Branco que ficará situada na Urbanização das Violetas e uma outra creche, em Alcains que irá ocupar um dos edifícios do antigo ciclo.

Como disse, a elaboração destes projetos, já têm concurso e contrato assinado e já estão em execução.

Ainda para dar resposta às famílias e às crianças de mais tenra idade, iremos lançar um outro concurso para elaboração de uma outra creche a realizar em Castelo Branco.

Estamos já a executar um projeto para um edifício a custos controlados.

Em breve contamos lançar mais um conjunto de concursos para a construção de mais um conjunto de edifícios para habitação.

Estamos a rever o PDM, estamos a rever o PJU, apresentamos como já aqui dissemos, a nossa candidatura às cidades criativas da Unesco. Ultrapassamos a fase nacional, apresentamos um projeto consistente e importante na valorização do bordado e na afirmação de Castelo Branco, estamos a aguardar os resultados internacionais.

Batemo-nos de forma discreta, como costumamos fazer pela construção do IC31 em perfil de auto estrada. Obtivemos o compromisso por parte do governo que será construído nesse perfil.

Assumimos no passado, assumimos hoje e assumiremos no futuro de forma inequívoca que o interesse de Castelo Branco, não pode ficar em causa no que diz respeito ao abastecimento de água para consumo humano. O regadio a sul da Gardunha, não é compatível com a não existência de alternativa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Celebramos diversos, muitos contratos interadministrativos com as nossas freguesias e os seus presidentes. Deixo aqui apenas alguns exemplos: a compra de uma carrinha para a Lardosa, para o Salgueiro e União de freguesias da Póvoa Rio de Moinhos Cafede.

Celebramos também contratos interadministrativos para a instalação de terminais de multibanco, em São Vicente da Beira, nos Escalos de Cima e Mata.

Promovemos a coesão do território, através da realização de feiras e festivais nas nossas Freguesias e Uniões de Freguesia. Levamos a cultura às nossas freguesias, foi um número muito significativo de espetáculos, no âmbito, do programa terras do xisto e do granito.

Assinamos um acordo de cooperação com a cidade Manchester, tivemos presentes na feira do queijo de Zamora, participamos na feira de negócios em Santa Catarina no Brasil, participamos no salão de imobiliário de Paris, marcamos presença na FITUR, na BTL, NATUREX na Galiza.

Apoiamos a Associação de Motociclistas de Tinalhas e a Junta de Freguesia na aquisição e na colocação da estátua do Padre Zé, natural do conselho do Fundão e que tem na freguesia de Tinalhas a sua estátua visitada no último fim de semana por motociclistas de todo o país. Foi uma belíssima homenagem ao Padre motociclista e que muito sentimento trouxe, sobretudo à sua família, representado no palco pelo seu irmão.

Na passada quinta-feira, inauguramos as instalações da TRH, nos antigos CTT, são cerca de trabalhadores qualificados a trabalhar em Castelo Branco e que vão trabalhar para a zona histórica, dando resposta a um compromisso que assumimos, na valorização desse espaço da nossa cidade.

Nas instalações do antigo Cibercentro, criamos um estudo work center, disponível para estudar e trabalhar 24 horas por dia, 365 dias por ano.

Ao longo deste tempo, ele foi inaugurado como sabem no dia 21 de março de 2022. Ao longo deste tempo, este tem sido um espaço muito procurado pelos nossos estudantes, mas também por alguns trabalhadores e a sua utilização é quase ininterrupta.

São centenas de estudantes e trabalhadores inscritos para terem acesso a esse centro.

Esta é uma síntese e uma verdadeira síntese daquilo que tem sido o trabalho do Executivo Municipal e o trabalho de muitos profissionais que trabalham na Câmara Municipal, sejam eles dirigentes, sejam técnicos superiores, sejam assistentes operacionais ou assistentes técnicos que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

têm levado por adiante a resposta a Castelo Branco, aos albicastrenses e ao seu desenvolvimento.

Muito mais que haveria para dizer, o atendimento personalizado aos cidadãos, a intervenção que o Senhor Deputado do Chega, terá visto a publicação que fiz no Facebook, ou seja, o planeamento no que diz respeito às alturas em que se prevê, uma intensidade de chuva. Os nossos serviços municipalizados desenvolveram um pequeno equipamento que nos permite abrir as grelhas e por essa via, impedir que haja resultados negativos, quando a chuva é de maior intensidade.

São centenas os atendimentos que todos os dias aqui são feitos, são centenas as respostas que são dadas aos albicastrenses.

Podem perguntar se fazemos tudo, se conseguimos dar resposta a tudo, não conseguimos. Ou pelo menos não conseguimos dar resposta a tudo com a celeridade que todos gostaríamos que fizéssemos. Mas há uma coisa, caros e caras amigos, que vos garanto, tanto mo Executivo do Município, como os Dirigentes, todos os dias trabalham com humildade e dedicação para dar essas mesmas respostas.

Não temos a presunção que fazemos tudo bem, nem que sabemos fazer tudo, nem que damos resposta a todas as solicitações, antes pelo contrário, temos a humildade para assumir que às vezes falhamos e que às vezes não conseguimos dar resposta com a celeridade que seria desejável, mas a síntese que aqui vos deixo e aquilo que é trabalho deste Município são bem elucidativos, daquilo que é o papel de Castelo Branco e a afirmação de Castelo Branco.

E queria falando disto, retomar dois temas, em 1º lugar, é em Castelo Branco que vamos ter o TCA. O 2º aspeto que aqui quero focar, é o compromisso do Governo, neste mesmo Salão Nobre, da Senhora Ministra da Coesão Territorial e do Senhor Ministro das Infraestruturas, para a construção do IC31 em perfil da autoestrada. E em 3º lugar, ainda não o disse, mas pediu-me a Senhora Ministra da Coesão que o fizesse, hoje aqui nesta Assembleia, mais uma vez para mostrar a importância de Castelo Branco e a nossa capacidade de reivindicar para aquilo a que temos direito, a informação que uma das vice-presidências da CCDR ficará sediada em Castelo Branco. No dia 17 de fevereiro de 2022, tive aqui mesmo neste salão nobre, uma reunião com a Senhora Ministra da Coesão Territorial e também com a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, a minha colega Júlia Rodrigues e foi nesse dia que eu e a Presidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Júlia Rodrigues, dissemos á Senhora Ministra, também de forma discreta, de forma silenciosa quase, seria impensável que tanto Castelo Branco, como Mirandela, não tivesse essa importância no que diz respeito á reorganização dos serviços da CCDR. Como sabem foi criado o Instituto e tenho essa garantia por parte da Senhora Ministra que Castelo Branco terá aqui, a Senhora Doutora Adelina, penso que é uma novidade para os serviços, onde trabalha e também uma novidade muito positiva, Castelo Branco terá aqui a vice-presidência da CCDR, nos assuntos ligados à Agricultura.

Para aqueles que afirmam que nada acontece, que nada fazemos, e nada reivindicamos e que nada conseguimos, penso que a intervenção que aqui fiz é bem elucidativa do trabalho que vimos realizando e da forma como estamos a colocar Castelo Branco na vanguarda do desenvolvimento e na liderança nossa região.

É este o nosso objetivo, é este o nosso desígnio, foi por essa razão que os albicastrenses confiaram em nós e cá estaremos para dar cumprimento àquilo que foi a confiança que em nós depositaram, estamos como já várias vezes dissemos a dar um novo impulso a Castelo Branco.

Ernesto Candeias Martins (MPT) - Tenho de retificar, mas não suprir aquilo que disse de mínimos e máximos, sou uma pessoa profissionalmente exigente e estou aqui como cidadão nesta bancada a exigir mais e melhor e não nos atrasos que temos tido ao longo de outros Executivos anteriores.

Se eu tiver de designar até agora, o Senhor é o responsável de uma Câmara em que aposta na cultura, na cidadania e na coesão em que é verdade, e tem feito desde a estrutura das unidades orgânicas da administração camarária, para dar vazão aquilo que deve ser intervenção muito mais efetiva dos serviços perante a população em geral.

É verdade fez coisas que ainda não são suficientes e por isso digo, que fez o mínimo e como tal, não me entenda mal caro colega Faustino, porque eu sou e exijo mais, parece-me ao nível da região, queremos mais porque somos a capital do distrito, que fique bem claro.

É verdade que toda a panóplia em que as suas medidas até agora, algumas ainda vão lentas ainda vão no início.

Se há também que caracterizar até agora, o senhor teve uma herança e da qual ouvimos da requalificação, de restauração e por isso vemos a requalificação de escola, de espaços etc... que efetivamente tem.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Iniciou algumas medidas, mas tenho de lhe dizer, o Senhor Presidente apontou 3 bandeiras, uma delas é novidade, mas então e a sua bandeira sobre o centro histórico, Senhor Presidente?

Estamos à espera, porque eu nasci aqui nesta cidade, até muito próximo dessa zona. Identifico-me e quero que avancemos. Eu sei pode haver alguns entraves.

O senhor falou que está a decorrer o PGU, o PDM que também já deveria estar e por isso lá está, trabalhar para os máximos. Porque isso traria uma reorganização de algumas atividades que a Câmara tem e dos próprios cidadãos que ficava regulamentada.

Mas há uma medida, além destas que estão a decorrer com a questão da barragem e da água, ainda não percebeu bem, que há um santuário da gardunha que é um observatório de uma riqueza imensa da qual nós temos e temos potencialidade.

Mas a questão da desertificação, da empregabilidade e se formos aos indicadores daquilo que realmente, são os níveis de empregabilidade, não quer dizer que não se tenha, quer dizer os agentes do município têm contribuído, não sei se de forma desarticulada, também não vou aqui entrar nisso, cada um quase parece que faz, é verdade que ouvimos aqui ainda hoje, empresas que vão dar, mas queremos mais empregabilidade, queremos reverter o índice de desertificação de maneira que as pessoas realmente possam vir para Castelo Branco, como vêm, mas queremos mais.

E queremos mais, queremos utilizar a emigração que pode ser uma mais-valia no futuro do nosso concelho, não só sociais, que até a está a desenvolver esse plano social, mas também habitacional e de empregabilidade, porque há muitos serviços que o pedem fazer e nós necessitamos, estamos a contribuir para que Castelo Branco aumente realmente, em termos, populacionais.

Mas tenho que também reconhecer, e é uma pergunta que deixei aqui, a questão, a questão sobretudo quando se vem e é jovem, tem o problema do alojamento, é verdade que nós temos o PRR que facilita essa questão, mas devíamos potencializar isso.

O senhor presidente disse, vieram mais 300 jovens, mas temos de criar condições, depois disse e muito bem ao nível da sustentabilidade e daquilo que tem sido em transferências de verbas para as juntas de freguesia e tenho de reconhecer e lhe dar mérito, se não fazem mais é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

porque realmente os planos de junta de freguesia, meu caro colega há que exigir, sei que alguns podem dizer, exijo, mas depois também o Presidente ou o Executivo não responde.

É preciso ver também que tudo aquilo que nós pedidos tem de obedecer a uma reestruturação sustentável de um plano de desenvolvimento, porque para pedir, todos pedimos.

Agora que estabeleça a um desenvolvimento projetado para 2050 de castelo branco, é aquilo que estou sempre aqui a exigir e sempre. Não são só as questões dos resíduos e das águas.

Mas há uma coisa que o senhor deixou para trás senhor presidente, é a questão da floresta da florestação, gosto desse contacto ambiental, nessa religação. A questão florestal, penso que é uma atenção no futuro porque há setores muito importantes no concelho e a questão florestal é sem dúvida aquela que... porque se for isso, estamos a cuidar da paisagem e também do ambiente.

Tenho aí resiliência, porque e utilizando o que já disse, entre mínimos e máximos o senhor tem feito os mínimos em alguns casos com alguma dificuldade, até tem superado, mas queremos mais ao nível das famílias e também do comércio.

Penso que temos de repensar bem, que há famílias que vivem do comércio, da indústria, um setor familiar e nesse setor tem de ter regalias e é verdade que o senhor até não o disse, mas eu digo, apesar que na altura nessa discussão, eu até exigia mais em termos fiscais e de IMI, pode contribuir para um incentivo para que as pessoas percebam esta dinâmica que a Câmara tem.

O Senhor perdeu e já foi aqui dito, o exemplo, alguns financiamentos de projetos que estavam a decorrer. Uns porque houve alguma anomalia, outros porque já não foi a tempo e outros por desconhecimento. Faço aqui a meã culpa, se é essa a palavra utilizada. Ainda vamos a tempo de ter projetos a entrar que possam quer na agenda de 2030, quer no PRR, quer nos fundos sociais, aproveitar. Eu gostaria de ver castelo branco no aproveitamento, nem que para isso Senhor Presidente, pusesse toda a dinâmica nos seus serviços, um serviço só dedicado, um serviço em ir buscar todas essas verbas, porque de facto são o êmbolo que necessitamos no desenvolvimento do nosso território.

De qualquer forma, estou contente e sabe que comigo e sempre o disse e da nossa parte, contribuir sempre para favorecer e poder contribuir nem que seja só com ideias, naquilo que realmente os cidadãos necessitam.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Muito há que fazer, é verdade, esperamos que ao longo destes dois anos se consiga concretizar muito mais e é esse incentivo que lhe dou.

Como lhe disse desde a 1ª hora, eu estendi a mão e pode contar connosco naquilo que for para o bem da cidade e do seu concelho, daquilo que for do nosso contributo, terá sempre uma palavra e sabe bem que sim e agradeço também a sua recetividade nessa empatia mútua, que temos para o bem da cidade e deixemos as nossas quezílias pessoais, e as nossa diferenças por vezes políticas aprofundadas que não leva a lado nenhum e assim possamos todos remar pelo mesmo caminho.

Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS/PPM) - Eu, gostava de pedir um esclarecimento muito específico na informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, no documento que nos é enviado junto da documentação, não na apresentação, mas no documento que tem várias alíneas e na alínea f), que diz processo judiciais em curso, fase processual atual, ver anexo 3.

No anexo 3 existem vários processos judiciais a decorrer, no entanto não deixei de reparar que, tirando a última sessão havia um processo em curso no valor 2.600.000€ de contencioso. Na última já não estava, hoje também não aparece, a minha pergunta é se este processo contencioso está resolvido ou não e se temos uma rubrica em que aparecem os processos em curso, porque é que este processo não consta e se deveria constar ou não, porque sinceramente, só este, possivelmente soma mais que todos os outros todos juntos. E já agora também, a que é que se refere porque sinceramente não sei se estava claro a forma como isto nos era comunicado, não tenho memória do que seria esse processo e acho que nos é devido uma explicação a esta Assembleia.

Ana Cristina Marques Lourenço (S-MI) - A nossa intervenção é apenas dois pedidos de esclarecimento, relativamente, à lista que apresentou á pouco, duas coisas que não foram efetivamente mencionadas e que gostaríamos de ver de alguma forma esclarecida.

A 1ª questão prende-se com a região empreendedora europeia que em março de 2021 fomos distinguidos. Como região empreendedora europeia, tendo sido a única região portuguesa distinguida nesse ano com o prémio atribuído pelo Comité Europeu das Regiões. Projetos como a Criação da Fábrica do Jovem Empreendedor, a criação da Fábrica da Criatividade, a Quinta dos Chinco, Centro de Empresas Inovadoras, e o trabalho científico feito no Centro de Apoio Tecnológico no Agroalimentar, estiveram na génese da atribuição desta distinção.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Este prémio, distingue passo a citar, regiões que demonstraram visão e perspetivas excecionalmente empreendedora e uma estratégia de crescimento inteligente tendo em conta os grandes desafios da sociedade.

Nesse ano, março de 2021, apenas cinco regiões da União Europeia, foram distinguidas com esse prémio.

O que nos leva á nossa questão, gostaria que nos explicasse Senhor Presidente:

Qual é que tem sido a visão estratégica, se é que ela existe, da Câmara Municipal de Castelo Branco, para usufruir desta distinção europeia na área do empreendedorismo e mais concretamente, que ações foram efetuadas para aproveitar este trabalho que posicionou Castelo Branco como uma das seis regiões com uma visão mais empreendedora da europa?

A minha 2ª questão é sobre a iluminação pública, que não foi falada aqui na extensa lista que apresentou e a promessa que fez em substituir todas as lâmpadas existentes por lâmpadas led.

Disse em abril de 2022, a propósito de uma notícia que saiu na comunicação social, sobre o valor gasto pela autarquia em energia elétrica, que essa substituição seria efetuada, não só na iluminação pública, como também na colocação de painéis solares em edifícios da Câmara Municipal de Castelo Branco, terminou dizendo “temos que agir de forma rápida, aquilo que queremos é a sustentabilidade financeira e ambiental do concelho”. Considerando que já passou mais de um ano e meio, relativamente, a essa premissa, gostaríamos por favor de saber como é que está esse processo e quais são os impactos e implicações não só financeiras como também ambientais?

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA) - Conforme já disse aqui uma vez, mas vou explicar uma vez mais de uma forma objetiva a minha opinião e a opinião do “Chega”, relativamente às funções da Câmara e o Senhor Presidente não expôs aqui o trabalho feito dos últimos 3 meses, ou desde a última assembleia, mas sim dos últimos 2 anos. Isso também prova que, se calhar, não havia nada para dizer sobre os últimos 3 meses e então fazemos sobre os últimos 2 anos. Como você diz a Câmara está a recuperar uma rua ou um largo, isso na minha opinião é trabalho corrente, é isso que referimos, quando se faz. O objetivo e, no fundo, a Câmara Municipal como qualquer empresa, quando não estamos a crescer e, sim, estagnados, a seguir todos sabemos o que vem a seguir, é o declínio.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

E essa é a nossa preocupação, é o que é que estamos a fazer neste momento, e como disse, e muito bem, demora muito tempo a ser implementado e a colher esses frutos para a cidade continuar a crescer.

Eu vou-lhe dar, um exemplo, referiu o IC31, aquilo que foi aqui prometido não foi o IC31 ligar a Espanha, foi a Proença á Velha, é só metade do caminho.

Eu tenho a plena consciência e, se calhar todas as pessoas que estão nesta sala, no concelho, e se calhar até no Distrito, que essa obra até Espanha nunca vai ser concluída.

O que me envergonha é quando passamos a fronteira, Moraleja tem cerca de 6000 habitantes e tem uma auto estrada que chega lá. Pior ainda e uma vergonha para nós, a alta velocidade está a chegar lá. Você quando quiser apanhar o TGV, daqui a um ano vai a Moraleja apanhar o TGV para Paris.

E nós aqui quando devíamos estar a discutir ter a alta velocidade, eventualmente, em Castelo Branco, ainda há pouco se falou aqui que é uma região de empreendedorismo. É mesmo isto, ficamos situados entre o caminho mais curto entre Madrid e Lisboa, estamos aqui à beira da fronteira e não aproveitamos nada disso.

A cidade cresceu no sentido de Lisboa, a zona industrial cresceu no sentido de Lisboa e no fundo as nossas aspirações também são um bocado assim. Porque é que nos viramos para Portugal não nos viramos para a Europa.

E quando referimos, quando o “CHEGA”, está a referir que se faz só o trabalho corrente, o trabalho corrente é arranjar uma rua, requalificar uma zona histórica, agora obras de fundo que vão potenciar a nossa região isso não vemos. Falamos aqui meia hora sobre o TCA, quando vamos ter aqui um ponto sobre o TCA, quando não temos nada para apresentar, vamos buscar as pequenas coisas que aparecem.

José Dias Pires (Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco) - É bom às vezes, estarmos aqui para assistir a um facto que é contraditório em relação às intervenções, quer o que o Sr. Presidente da Câmara faz, quando faz a apresentação das atividades desenvolvidas, quer muitas vezes nas perspetivas de análise que vêm das bancadas da oposição. Há na minha opinião e, hoje, voltamos a confrontar comisso, o princípio da contradição, é bom que as intervenções aqui ajudem a perceber exatamente essas mesmas contradições, que é solicitar com frequência, ações que decorram de uma perspetiva estratégica e depois confundir obras de fundo com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

trabalho corrente, como se o trabalho corrente não correspondesse com frequência e deve corresponder estratégica e política e comunitariamente, o trabalho corrente tem que corresponder à concretização de obras de fundo.

Não há trabalho corrente sem haver uma perspetiva global de obras de fundo.

De facto, a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, veio ajudar a perceber e também a refletir e a introduzir esta reflexão sobre o que é isto de fazer obra. Parece que fazer obra, no trabalho municipal, no trabalho autárquico é a construção civil, é a obra física, é só o permanente construir através do cimento armado, parece que fazer obra se resume muitas vezes a isto. Mas, depois há a contradição, se fazemos obra de cimento armado, então estamos a esquecer a outra componente de proximidade, tem a ver com o trabalho junto das pessoas, com a preocupação do trabalho feito.

O Sr. Presidente apresentou aqui 4 vetores que gostava que depois me pudesse confirmar que é a pergunta porque lhe faço, se a minha análise, que é uma análise que decorre daquilo que tem sido o trabalho, quer deste executivo e, digamos, também por justiça dos anteriores, se há ou não um coerência de continuidade no que diz respeito á preocupação do gerar proximidade e gerar proximidade é no trabalho autárquico uma questão fundamental que é saber quais são os programas sociais que estão associados, quais são os programas económicos no que diz respeito á perspetiva do desenvolvimento global das condições operacionais para que a economia se possa desenvolver na nossa comunidade, quer em termos industriais, quer em termos comerciais, quer em comércio alargado, tradicional e local, quer nos programas culturais, principalmente no que diz respeito à projeção da cultura comunitária, mas também da cultura nacional a trazê-la a Castelo Branco.

E a pergunta é esta Sr. Presidente, será que estou a pensar bem que temos preocupações só em fazer trabalhos avulsos ou trabalhos conjugados. Trabalhos estruturantes nesta componente de proximidade ou trabalhos paliativos. Depois a ideia de que a segunda componente deste trabalho autárquico, desta questão de incluir a prática com a estratégia, quer o novo ou novas estratégias, a importância de continuar algum desenvolvimento estratégico anterior porque Castelo Branco, tal como, se diz “Roma e Pavia não se fazem num dia”, não se faz hoje, fez-se ontem e fez-se antes de ontem.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

E, portanto, é esta continuidade que é importante que estejamos e que o Sr. Presidente dir-me-á se estou a pensar bem em relação àquilo que aqui interveio, que é, se há, ou não uma preocupação em edificar um enquadramento estratégico e comunitário.

Aquilo que é para fazer em termos de edificado e que o Sr. presidente, referiu e que há aqui várias perspetivas, quer para avançar já, digamos num período mais alargado, existe ou não uma preocupação que conjugue a recuperação com a restauração e com a construção de raiz, isto num enquadramento estratégico e comunitário.

Depois apercebemo-nos que há uma preocupação de conjugação estratégica entre a atividade do município e a atividade das freguesias, ou será que mais uma vez a preocupação do município avulsa e paliativa, ou é verdadeiramente conjugável.

Depois finalmente, a projeção comunitária, parece haver uma preocupação continuada e mais reafirmada e agora ainda bem dirigida, no que diz respeito, há projeção comunitária local e levar a sociedade albacastrense a gostar de si própria, aquilo que fazemos aqui é para gostar de nós ou para fingir que gostamos e gostar de nós, afirma-se em duas dimensões, na dimensão de quem faz e de quem observa, na dimensão de quem faz e reconhece muitas vezes as limitações do trabalho que faz, mas também na dimensão de quem observa e que se obriga a criticar, a propor com fundamento para possam melhorar e contribuir para a atividade autárquica.

E a minha pergunta também é, será que estou a pensar bem, que afinal nós temos continuidade e tentamos aprofundar esta projeção comunitária a nível local, o gostar de nós é muito importante a nível regional demonstrar uma região que gostamos de e que somos capazes, a nível nacional projetar as atividades comerciais, as atividades culturais, as atividades sociais e muito importante perceber a questão social para que façamos uma comparação entre o trabalho social entre os programas sociais da comunidade e autarquia albacastrense a nível das regiões mais próximas e até nacional.

Pedro João Martins Serra (Presidente da Junta de Freguesia de Lourical do Campo) -

Começo pelos multibancos, quero perguntar ao Sr. Presidente para quando o resto dos multibancos. Para quando o pagamento dos contratos que estão realizados com as freguesias. Eu no dia 22, ou 23 de junho, enviei um ofício à “ANAFRE”, sobre o assunto dos multibancos e a “ANAFRE”, que é uma associação que defende as freguesias não me respondeu, portanto deduzo que esta não esteja a fazer nada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Por outro lado, vim aqui falar de viaturas, há mais freguesias que pediram viaturas, como está essa situação, vai se começar a negociar para elas também.

Na Lardosa e muito bem, uma empreitada de uma empresa falida, abriu insolvência acabou-se a obra. No Louriçal do Campo, uma obra em frente á igreja, falta ligar água e luz e resolver um problema de uma pala arrasta-se á dois anos.

Já que a “MOBICAB”, se estende até á Soalheira e muito bem, lembro que a estrada da soalheira passou de uma estrada municipal 524 para uma estrada rural, porque só se passa de trator.

Depois das insistências que se vai fazendo se calhar 800 metros de alcatrão beneficiam tanto os da Soalheira, como os do Louriçal como a empresa de transportes.

Por outro lado, conto-lhes uma história caricata de dois fiscais da Câmara que me abordaram para verificar se um artigo matricial estava demolido, claro que não estava. Porque foi pedido á dois anos à Câmara, a demolição desse edifício que está devoluto. Estamos a pagar IMI de uma casa que nos foi oferecida e que a Câmara ficou de demolir e não demoliu.

Por fim, tem a ver com o plano de infestantes na serra da Gardunha. É um plano importante que saudamos, mas tem aqui algumas questões que eu quero abordar, uma delas é o timing da intervenção, numa altura de junho com um previsível verão abrasador, começa-se a intervenção, quando os intervenientes no terreno têm de parar constantemente, a empresa é de fora, está limitada e sabe qual foi o resultado Sr. Presidente, todo o material seco ficou na serra da Gardunha até ao presente momento. Portanto, se houvesse o perigo de um incêndio rural, teria muito maior dimensão.

A 2ª questão tem a ver com o seguinte: Questiono como é que se faz uma intervenção na freguesia e não se fala com o Presidente da Junta, porque há pontos em que a Junta de Freguesia podia dizer á Câmara Municipal que o Ministério da Justiça preferia limpar aquela zona e aí a camara não gastava dinheiro.

E por fim, depois de ver o que está feito o que se alterou e não sei se vai ser alterado, eu fico aqui com uma dúvida, será um plano da radicação de acácias, ou será apenas uma faixa de proteção á freguesia. Não se percebe aleatoriamente, há conflitos constantes que podiam ser mediados pelo Presidente da Junta. A Junta de Freguesia e os Presidentes de Junta estão ao lado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

da Câmara para resolver o problema das freguesias. Se Câmara porque nos tivesse pedido colaboração seria muito mais fácil resolver alguns problemas, porque nisto também é preciso saber quem é que se manda para o terreno.

Maria José Rafaela (S-MI) - Esta minha intervenção vem no sentido de pedir esclarecimentos sobre algumas das coisas que provavelmente não só a mim suscitam algumas dúvidas.

Há bastante tempo que ouvimos falar sobre o Regulamento das Associações, primeiro estava pronto, depois não era aplicável, passado um ano e agora está pronto.

Pergunto quando é que as associações vão ter a ajuda do município que por regulamento têm direito.

Passou-se muito tempo e a vida das nossas associações impulsionadoras do desenvolvimento cultural, artístico e desportivo do nosso concelho, torna-se difícil, se não insustentável.

Qual o motivo que condicionou a atribuição de verbas este ano? O Sr. Presidente poderá esclarecer os albicastrenses.

Associações que entre outras coisas podem por exemplo promover o ciclismo. E por falar em ciclismo, tendo sido posto já em prática as ajudas por parte da autarquia na aquisição de bicicletas pelos munícipes e muito bem. Pergunto em que fase é que estão as ciclovias aqui prometidas? Afinal trata-se de uma forma de fomentar a sustentabilidade fator cada vez mais importante e essencial na sociedade até mesmo promover a saúde dos utilizadores.

Uma cidade moderna virada para o futuro, precisa destas opções, referiu que houve alguns constrangimentos, já foram ultrapassados?

Sendo eu professora, suscita-me algum interesse e estou a falar da escola de chefes. Penso que já houve aquisição do espaço para a sua implementação, resta saber quando é que irá iniciar a sua atividade?

E perguntar, chefes de cozinha, bar e para além disso, qual o nível de escolarização que será ministrado, secundário, superior ou profissional.

Presidente da Câmara - Caríssimo Deputado Ernesto Candeias Martins, relativamente, ao centro histórico aquilo que projetamos é nossa responsabilidade é um programa integrado para o centro histórico, não será uma intervenção de um ano, não será uma intervenção de um mandato



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

será uma intervenção planeada e desenvolvida por muito tempo. Ainda assim, realizamos algumas intervenções pontuais, tenho de repetir porque se relaciona diretamente com aquilo que aqui estamos a falar é, a localização nos antigos CTT de uma empresa, a 1ª empresa que vai trabalhar para o centro histórico, verdadeiramente com esta dimensão.

Outra ação pontual, tem a ver com o projeto da escola de chefes e aproveito para responder já à senhora deputada Maria José Rafael, o projeto da escola de chefes é um projeto integrado numa estratégia. Uma estratégia de valorização da permanência dos mais jovens e ao mesmo tempo da criação, dar a possibilidade de termos profissionais qualificados a trabalhar no osso concelho ou formados no nosso concelho que possam trabalhar noutras regiões.

Nós adquirimos, aliás nós não adquirimos nada, sinalizamos dois edifícios na zona histórica na rua de Santa Maria, um deles que há muitos anos está em risco de ruína e outro que até algum tempo serviu entre outras coisas para ações no âmbito social e também de galeria de exposições e fizemos um projeto de adaptação desse espaço para uma escola de chefes. E este é um projeto estruturado, este é um projeto de valorização e de formação de recursos.

Senhora Deputada, não vou responder a uma das suas questões, porque quero fazê-lo num outro contexto e em outro espaço, mas é obvio que Câmara Municipal quando avança para um projeto desta envergadura e desta dimensão tem bem definidos aquilo que são os seus objetivos.

Este projeto enquadra-se dentro daquilo que são as ações pontuais de intervenção na zona histórica, temos outras ações que são imediatas para intervir na zona histórica.

Não sei se já lançamos, pelo menos eu já o autorizei, concurso para requalificação de casas na zona histórica, nomeadamente uma delas que todos conhecemos que está mesmo aqui, ao cimo da rua Espírito Santo, uma casa verde que há muitos anos apresenta à vista, uma sustentabilidade muito debilitante e lançamos concurso para a sua requalificação, lançamos também outro concurso para uma casa na rua do Arresário.

São intervenções pontuais, em breve vos convocaremos V. Exas., para vos apresentar aquilo que é a ação estratégica do município no que diz respeito á intervenção na zona histórica, que não será como já aqui disse, uma intervenção feita em um ano ou dois, mas uma intervenção que está a ser planeada de modo que tenhamos a tal visão estratégica e o tal plano estratégico porque já temos instrumentos, temos vários instrumentos. Agora há que implementar esses regulamentos e instrumentos de modo a concretizarmos o objetivo a que nos propomos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

No que respeita a residências para estudantes... A residência da Gulbenkian, é da Câmara Municipal. Passou para a Câmara Municipal, no âmbito, da transferência de competências. E assumi perante o Senhor Presidente do IPCB e também de todas as pessoas presentes no último aniversário do IPCB, que a Câmara Municipal se empenharia na disponibilização de uma residência para estudantes, que será naturalmente, na residência da Gulbenkian, que precisa de obras de adaptação, mas estará disponível para esse efeito.

Sr. deputado, a questão da floresta que deixamos para trás, não deixamos para trás, antes pelo contrário estamos a acompanhar aquilo que são os projetos de financiamento e os avisos que vão saindo, há um deles que está neste momento numa fase ainda incipiente e é mais abrangente do que o concelho de Castelo Branco e nos quais, obviamente, estamos a trabalhar para dar resposta às necessidades.

Plano de irradicação de infestantes na Gardunha, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia sabe tão bem como eu que existem tempos naquilo a que se refere a contratação pública e ouve a disponibilidade naquela altura de fazer a contratação pública.

Mas o sr. presidente também sabe, porque já o disse aqui hoje que uma empresa responsável por uma obra deixou a obra a meio e teve de ser contratada uma nova empresa para concluir a estrada de acesso ao Louriçal do Campo.

O sr. Presidente também sabe, como todos nós sabemos que nem sempre, infelizmente, as empresas que vencem os concursos têm a capacidade para os realizar no momento que os devia fazer por variadíssimas razões.

Mas uma coisa lhe garanto, os serviços da Câmara Municipal e eu próprio, já reunimos com a empresa que ganhou esse concurso, no sentido, de a responsabilizar no que diz respeito a aquele que é o seu compromisso e o contrato que assinou com a Câmara Municipal no que diz respeito á irradicação de infestantes na Serra da Gardunha.

Sr. Deputado Municipal, Professor Ernesto Candeias Martins, a Câmara Municipal não está a perder financiamento. Eu não referi aqui, porque entendi ser fastidioso fazê-lo todos os avisos a que concorremos e nos quais obtivemos financiamento, mas dou-lhe uns exemplos, até porque são coisas que não são muito faladas aqui nas Assembleias Municipais. Falo, por exemplo, do CATAA, que vimos aprovados oito projetos de financiamento no valor global de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

mais de 444.000 €, falo do Inovocluster, com nove projetos aprovados, cujo valor, é superior a um milhão de euros.

Podia-lhe falar de outros projetos que temos aprovados, nomeadamente, aqui de alguma reorganização dos espaços verdes do centro cívico e mais um conjunto muito variado de projetos a que concorreremos e que foram aprovados e que entrarão em desenvolvimento.

O Sr. Deputado Carlos Antunes, refere-se a um processo que não está na síntese, é um lapso. O processo da Valamb continua e que diz respeito a um projeto para a queima do bagaço de azeitona próximo da localidade de Alcains, que tem em curso um litígio em tribunal e que efetivamente não está resolvido. Ele devia aqui constar, não consta por lapso são mais de 400 e tal páginas de informação.

A Deputada Ana Cristina Lourenço, fala de Castelo Branco empreendedor, não esteve na inauguração da TRH, mas era interessante que estivesse estado para perceber que para além da dinamização de todos os equipamentos que aqui falou, a Fábrica do Jovem Empreendedor, a Fábrica da Criatividade, a Quinta dos Cinco que ainda na sexta feira passada, estive a dar uma entrevista para a RTP sobre a mesma e sobre aquilo que lá se passa, em que a jornalista saiu muito entusiasmada se, assim posso dizer, pelo menos com uma visão muito positiva daquilo que é a atividade na quinta.

Mas a nossa atividade não se resume a gerir estes equipamentos e a fazer uma candidatura para um prémio. Nós queremos mais do que isso, queremos ter uma verdadeira estratégia de atração e fixação de empresas e é nesse sentido que estamos a caminhar. Não queremos ter uma atração de empresas que passe por processos cládísticos queremos efetivamente ter uma estratégia no terreno para esse efeito. Foi por isso que já lançamos um procedimento para uma consultadoria, no âmbito, precisamente do empreendedorismo, da atração e da fixação de empresas e também já abrimos o procedimento que está em consulta pública, ou em audiência pública para a elaboração de um Regulamento de Apoio às Empresas que não existe no concelho Castelo Branco e que já devia existir há muito tempo que regulará e ultrapassaremos com esse regulamento muitas das dificuldades com que nos temos confrontado ao longo deste mandato, no sentido de acolher e dar condições às empresas que par aqui querem vir e isto é estratégia e é planeamento e é uma visão articulada e uma ação articulada sobre o território e sobre o seu desenvolvimento. diz-me já devia estar feito?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Pois percebo que a Senhora Deputada será muito mais diligente, rápida e eficaz do que eu. Mas, apresentei uma lista de intervenções que vimos a desenvolver e vamos fazendo, eu, o Senhor Vice-Presidente e a Senhora Vereadora, aquilo que nos compete e reafirmo aquilo que disse antes, estamos a fazê-lo bem.

Sr. Deputado João Ribeiro, o Senhor não leu o relatório, porque se tivesse lido, percebia que são cerca de 400 páginas de ação da Câmara ao longo dos últimos dos 3 meses. Se essa ação que aí está refletida não é nada, então se calhar, temos visões diferentes.

O que quis dar aqui conhecimento, aos Deputados, aos membros do Executivo, às pessoas que aqui estão, é de um conjunto de intervenções algumas pontuais e simbólicas, como é por exemplo, a estátua do Padre Zé, em Tinalhas que é uma ação pontual e simbólica, mas também promotora de atração turística e outras que são estruturantes, por exemplo, o centro de estudo gastronómicos. Não me diga que é apenas corrente, resolvermos a questão da separação do saneamento dos esgotos das águas pluviais como vamos fazer no projeto que vamos concluir, na Rua Dadrá e na Rua dos Bombeiros Voluntários

Se é apenas pontual ou corrente a intervenção difícil, repito difícil, em termos daquilo que são os condicionantes para a população e também para as empresas da intervenção de São Tiago, é importante requalificar a rua, mas mais que requalificar a rua, pretendemos a requalificação das infraestruturas que são importantes, entre outras coisas, a sustentabilidade ambiental do nosso território.

Será corrente, a intervenção que vamos fazer na avenida de Zhuhai que visa entre outras coisas regular e acautelar as consequências de situações cada vez mais e recorrentes de chuva em excesso.

Será corrente, estarmos a dar condições aos pais através da construção de creches para os seus filhos e o Senhor que até é empresário devia ser sensível a isso. Temos relatos de pais e de mães que não vão trabalhar porque não têm onde deixar os seus filhos.

É corrente ou é planear? Isto é corrente ou é projetar o futuro? Isto é corrente ou é dar resposta às famílias? Isto é corrente ou é criar condições para recebermos mais pessoas para que aqui tenham os seus filhos e que para que aqui possam trabalhar?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Também são correntes, a construção do Centro de Saúde de Alcains e a construção da Unidade de Saúde Familiar, ou é fundamental para dar respostas, no âmbito da saúde.

Serão correntes, a disponibilização e a criação de condições para instalação de uma dessas Unidades de Saúde Familiar?

Até podíamos dizer que isso não é nada connosco, que é com a Administração Regional de Saúde, mas não, somos parte da intervenção e somos parte da solução e é por isso que estamos a trabalhar nesse sentido.

Falta de estratégia, falta de planeamento, então o apoio às famílias, no âmbito, da Educação, não é claro para todos que revela um objetivo de fixar os mais jovens, dar condições às famílias mais jovens, ou vocês acham que é pouco importante para as famílias que têm crianças no pré-escolar, 1º ciclo, ou creche, o apoio dado pela Câmara Municipal, ou é insignificante e não tem objetivo claro e concreto a possibilidade da Escola a Tempo Inteiro.

Senhor Deputado, José Pires, penso que a minha última intervenção reflete bem aquilo que são as questões que aqui são colocadas. É óbvio que temos uma estratégia que assenta em vários pilares e que não são desligados uns dos outros. A Educação, hoje, é um fator crítico e não só em Castelo Branco, a saúde também é um fator crítico e, digo, que temos os melhores médicos e professores do mundo, e temos. Castelo Branco tem excelentes profissionais nas escolas, sejam eles professores, sejam assistentes técnicos, sejam assistentes operacionais, temos extraordinários profissionais no nosso hospital e nos centros de saúde, são de facto muito bons, são muito competentes e fazem um enorme esforço para dar resposta àquilo que são as suas obrigações.

Mas estamos a criar condições para numa maior dignidade do trabalho, maior proximidade com as pessoas e ao mesmo tempo, para que Castelo Branco se continue a afirmar como aquilo que é, ou seja, um território que lidera este território e não tenho nenhuma dúvida sobre isso.

Então é apenas pontual ou é obra do acaso, termos aqui o TCA, aconteceu por acaso?

Foi por acaso que foi decidido no dia que recebemos o Conselho de Ministros e que fiz uma segunda intervenção junto do Sr. primeiro-ministro, para termos o IC31 em perfil de autoestrada? Foi por acaso que a Sr.^a Ministra da Coesão Territorial, trabalha e legisla no sentido de termos aqui a Vice-Presidência da CCDR?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Sinceramente, esperava que os Senhores Deputados viessem dar os parabéns a Castelo Branco, ou ao Presidente da Câmara que fez o seu trabalho, então isto não é relevante para Castelo Branco? Não é relevante para este território? Não é relevante para a nossa afirmação?

Não há estratégia? Não há capacidade de intervenção? Não há capacidade de influenciar entre aspas, os decisores políticos ao mais alto nível? É por acaso que vieram os Firefox para o aeródromo de Castelo Branco? É que podiam ter ido para Évora, Beja, Bragança ou até para Coimbra, mas não vieram para Castelo Branco.

É por acaso que o TCA tão disputado pela Câmara de Coimbra, às vezes de forma desadequada com as intervenções do Sr. Presidente, mas compreendo que deverá ter ficado magoado pelo facto de não ter ido para Coimbra.

É por acaso que este tribunal vem para castelo branco, ou é porque o executivo municipal faz o seu trabalho, de forma discreta meus caros e caras amigos, de foram discretas.

Fizemos a primeira reunião com a Sr.^a Ministra da Coesão Territorial no dia 17 de fevereiro de 2023 e agora que estamos a ter resultados. Como todos sabem há negociações que não podemos trazer a praça pública, temos de as fazer da forma como têm de ser feitas e é isso que estamos a fazer, é essa a nossa obrigação e é isso que estamos a fazer.

E já agora, não referi isso, há muitas coisas, Senhor Deputado, que não dissemos, há muitos projetos que vão entrar em execução dentro em breve.

Na altura depois, dizem que são obras a mais e que são intervenções a mais.

Dou-lhe outro exemplo, já concluímos o processo de aquisição para a sinalização luminosa das nossas passadeiras, para requalificação em termos de sinalização de alguns desses espaços na cidade e nas freguesias, nomeadamente, uma reivindicação antiga do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Tinalhas e da Sr.^a Presidente da União de Freguesias da Póvoa Rio de Moinhos e Cafede, onde iremos implementar as soluções que consideramos adequadas para dar essa resposta.

Eu não tinha era tempo e vocês se calhar não tinham paciência para me ouvir a falar de tudo aquilo que estamos para intervencionar.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Louriçal, traz aqui várias questões que são recorrentes, efetivamente, já lhe respondi á questão dos infestantes já lhe disse que o os serviços



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

municipais estão a trabalhar neste sentido articulados pelo sr. Eng.º Artur Lourenço. Também já lhe disse que a questão dos multibancos está a ter um enquadramento que pretendo que seja global e não pontual.

Se a ANAFRE não lhe deu resposta, já fui Coordenador Distrital da ANAFRE, e o senhor simpaticamente e de forma solidária até terá votado em mim, o senhor e os outros Presidentes de Junta, mas não tenho nenhuma responsabilidade na resposta da ANAFRE. Aquilo que lhe garanto, é que o Sr. Presidente do Conselho Diretivo da ANAFRE, me garantiu que tem em desenvolvimento contatos para que esta situação dos multibancos seja enquadrada dentro de um protocolo com a ANAFRE e pode não se vir a concretizar.

Eu também já disse aqui ao Sr. Presidente que o próprio Secretário de Estado das Autarquias, já disse publicamente que é objetivo de o Governo ter uma Caixa de Multibanco em cada freguesia. Agora o Sr. Presidente, também tem de compreender que enquanto na sua freguesia se faziam obras, havia outras onde não se faziam. Posso dar-lhe um exemplo, São Vicente da Beira, por exemplo.

Há por parte do Executivo a definição de linhas de intervenção e momentos de intervenção porque nem os executivos nem este executivo temos condições para fazer todas as intervenções ao mesmo tempo.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Lardosa, necessitava de um carro porque não tinha sequer condições para transportar os alunos para a escola, foi uma prioridade que tivemos de dar resposta.

Há outras freguesias onde existem necessidades, houve duas freguesias que nos pediram um trator para triturar os sobrantes das podas e da limpeza das árvores e já vários Presidentes de Junta me falaram nisso, tenho de ponderar se vamos comprar um trator para todas as freguesias ou encontrar outra resposta que vá ao encontro dessa preocupação. Para lhe explicar Sr. Presidente, estamos a trabalhar com as freguesias e respondo também ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco, a trabalhar no sentido de valorizar as freguesias.

A estrada da Lisga à Soalheira, não está ainda em projeto, mas está em execução um problema muito antigo que o senhor sinalizou e era importante também tê-lo dito aqui da reunião que tive consigo da conversa que tive consigo e com a Sr.ª Administradora dos Serviços Municipalizados, relativa ao saneamento na freguesia do Louriçal que entendemos que é um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

aspecto que deve ter uma intervenção urgente. Não referi aqui esse aspeto até porque o projeto está numa fase inicial e demorará tempo a concretizar.

Senhora Deputada Maria José Rafael, fiz aqui numa reunião na Câmara Municipal, um ponto de situação e também um histórico daquilo que é a elaboração do Regulamento de Apoio às Associações do concelho de Castelo Branco, se quiser a ata está disponível, poderá ler aquilo que disse. Uma coisa lhe digo, nenhuma associação até hoje, teve alguma dificuldade em resolver os seus problemas, ou pelo menos aqueles que são emergentes porque a camara municipal está a atuar e está atenta a isso e é assim que continuaremos a fazer e digo-lhe também que temos uma boa relação com os Srs. Presidentes das Associações. Uma relação desprendida de qualquer outra coisa e que vamos encontrando resposta quando possível àquilo que são as solicitações.

Eu tive ontem aqui uma reunião com um Presidente de uma Associação por quem tenho estima pessoal e institucional pelo trabalho que realiza, que solicitou à Câmara, um apoio acho de 18.500 €, e aquém tive de dizer que não era possível apoiar aquela associação naquele valor, embora conseguíssemos apoiar num outro valor. Não temos condições nem nunca tivemos para dar tudo em todo o momento, quem me dera, mas não é possível.

Multibancos, hoje á a preocupação com os multibancos, mas surgiu do acaso, só hoje é que é um problema?

Eu tenho tido conversas com Presidentes de Junta que há muitos anos reivindicavam o apoio da Câmara Municipal para lá colocar multibancos. Há muitos anos e nunca foi possível atender e não estou a criticar, estou a constatar aquilo que é a realidade do passado e aquilo que é a realidade do presente.

Então porque é, se já existem terminais de multibancos há tantos anos, porque é que não estão já nas freguesias todas.

Sei que é uma preocupação, mas não é possível fazer em dois aos anos, aquilo que leva mais tempo a fazer.

Pedro João Martins Serra (Presidente da Junta da Freguesia de Lourçal do Campo) -

Senhor presidente quando falei, não falei na variante do Lourçal, bem ou mal, está acabada.

Eu falei numa obra que está frente há igreja e que há 2 anos, falta ligar a água e a luz e resolver um problema de uma pala que se arrasta há anos por questões de um individuo que tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

a casa ao lado e se queixa de infiltrações, foi isso que falei mais nada, na variante bem ou mal penso que as coisas estão terminadas.

Presidente da Câmara - Senhor Presidente de Junta, o senhor percebe, mas parece não querer perceber que esse assunto não está nas mãos do Presidente de Câmara.

Esse assunto, tem haver com a insolvência de uma empresa que existem procedimentos legais para dar resposta a isso.

Não é uma decisão política, as decisões políticas, assumo-as, as soluções decido-as e o resto do meu Executivo, a questão técnica e procedimental tem de ser resolvida de acordo com aquilo que está legislado. O senhor acha que se estivesse na minha competência decidir, esse problema não teria já resolvido, estaria resolvido Há muito tempo.

Ponto 2 - Discussão e votação da proposta de “Acordo de colaboração. Apoio às freguesias no quadro de promoção e salvaguarda da articulação dos interesses próprios das populações. Junta de Freguesia de Stº. André das Tojeiras. (Proposta nº. 56/2023)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o acordo de colaboração para apoio às Freguesias no quadro de promoção e salvaguarda da articulação dos interesses próprios das populações da Junta de Freguesia de Stº. André das Tojeiras (19º. Convívio dos jovens” com 65 anos e mais).

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 1.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 3 - Discussão e votação da proposta de “Transferência de verbas para a CIMBB - Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, relativas ao Transporte Público de Passageiros.” (Proposta nº. 57/2022)

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA) - O “CHEGA “irá votar contra este ponto e irá explicar o porquê, aqui não é concretamente sobre esta transferência de fundos para comunidade intermunicipal da Beira Baixa, é como é que aqui no interior, continuamos a ser o parente pobre dos transportes públicos. É sabido que em lisboa anda-se em toda a zona metropolitana com um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

passage social de 40 €, dinheiro este que não dá para ir um dia de uma ponta á outra do Distrito de Castelo Branco.

Sei que não é da competência da Câmara conseguir que esta alteração seja feita, mas podia e devia haver uma pressão muito mais afincada que não tenho visto, junto do poder central, em algo que devia ser igualitário em todo o país.

Ou seja, á portugueses de 1ª, que são de lisboa e porto e depois há portugueses de 2ª, 3ª e 4ª, ou seja, português que não tem reforma para pagar um passe para andar pelo Distrito todo.

Presidente da Câmara - Senhor Deputado é para lhe dizer que muitas vezes concordamos e, neste caso, em concreto, concordamos. Efetivamente, as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto têm uma situação de privilégio, por assim, dizer no que diz respeito á repartição das verbas do fundo ambiental que suportam o transporte público e também já tomamos posição, em relação a esse assunto, não enquanto autoridade de transporte de Município de Castelo Branco, mas enquanto Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa. Reivindicamos mais recursos para o nosso território, se o vamos conseguir, não lhe sei dizer, agora não estamos quietos em relação a esse assunto.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor, 18 do GM PS e 1 GM MPT, 4 abstenções do GM PSD/CDS/PPM, e 15 votos contra, 13 do GM S-MI e 2 do GM CHEGA, aprovar a transferência de verbas para a CIMBB - Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, relativas ao Transporte Público de Passageiros.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 18.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 4 - Discussão e votação da proposta de “Cedência de utilização do hangar do Aeródromo Municipal de Castelo Branco”. (Proposta n.º. 58/2022)

Armando Lopes Ramalho (S-MI) - _Da análise da proposta em apreciação da assembleia verifiquei que se trata da instalação de uma empresa, parece-me que é subsidiária para fazer essencialmente, o desmantelamento de aeronaves no aeródromo. Como sempre somos favoráveis à atividade, ou captação de investimentos e atividade económica para o nosso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

concelho. No entanto, Sr. Presidente com certeza que esses aspetos estão salvaguardados, no entanto, queremos só alertar o Executivo para a necessidade, digamos, de haver algum reforço dessa empresa porque normalmente esse desmantelamento de aeronaves leva a questões e preocupações ambientais que são de todos nós.

E, como tal, é necessário, digamos algum reforço porque todos estamos habituados a ver, desculpe-me a expressão os cemitérios de aviões que acontecem nos desertos americanos, embora aqui sejam atividades de pequeno porte, não podia deixar de alertar o Sr. Presidente para essa preocupação.

Presidente da Câmara - De facto, trata-se de uma empresa, como já tive a ocasião de explicar é o fabricante de aviões, o maior fabricante de jatos da europa que tem um contrato de manutenção com muitos proprietários, nomeadamente, com o Estado português para os aviões existentes em Portugal, que nos solicitaram, no sentido, que o nosso aeródromo tivesse a disponibilidade para acolher essa empresa.

Aquilo que sabemos é que a atividade aeronáutica e trata-se de atividade aeronáutica porque este desmantelamento não tem como objetivo atirar as peças para um aterro, ou para uma qualquer sucata.

Este é um objetivo de sustentabilidade que tem também preocupações ambientais porque o desmantelamento dos Falcons nesta 1ª fase em Castelo Branco terá como objetivo a reutilização das peças no mercado aeronáutico.

Já por si, esta circunstância, dá algum conforto àquilo que é a intervenção da empresa em Castelo Branco, porque tratando-se de uma atividade aeronáutica com as exigências ambientais e também técnicas que a indústria aeronáutica está sujeita, não é trazer para aqui uma empresa que vai trabalhar, sem rede, essa empresa será auditada e será acompanhada pelas entidades que regulam o setor aeronáutico. Aliás, não podia ser de outra maneira porque como lhe disse as peças serão depois reconvertidas para outros aviões, mas a sua questão é pertinente foi também uma preocupação da nossa parte e estaremos muito atentos, obviamente, ao desenvolvimento deste projeto.

Mas não podia deixar de realçar a importância do projeto, trata-se de um dos maiores fabricantes de jatos privados que escolheu Castelo Branco para exercer a sua atividade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a cedência de utilização do hangar do Aeródromo Municipal de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 2.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 5 - Discussão e votação da proposta de “Redução do IMI – Artigo 44º. – B do DL 215/89, de 1 de julho, com a alteração introduzida pelo Artigo 224º. da Lei n.º. 42/2016, de 28 de dezembro”. (Proposta n.º. 59/2023)

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA) - Apoiamos todas as medidas que sejam para a redução do IMI, mas não queria deixar de marcar a nossa posição que é bem vincada, nunca é demais referir que era da extinção do IMI que é um imposto que consideramos que não devia de existir.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a redução de IMI - Artigo 44º. – B do DL 215/89, de 1 de julho, com a alteração introduzida pelo Artigo 224º. da Lei n.º. 42/2016, de 28 de dezembro”.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 3.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 6 - Discussão e votação da proposta de “Pedidos de Declaração de Interesse Público”:

6.1. Fernando Sarafana Falcão. Pavilhões de Apoio Agrícola – Monte da Caneca, Monforte da Beira. (Proposta n.º. 60/2023)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, declarar de Interesse Público, a construção de 2 pavilhões para apoio agrícola, no Monte da Caneca, Monforte da Beira.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 4.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

6.2. Courtesy Power, Lda. Instalação de Unidade Industrial de Hidrogénio – MeetoH2-Castelo Branco. Monte da Terra Grande, Castelo Branco. (Proposta n.º 61/2023)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, declarar de interesse público a instalação de uma Unidade Industrial de Hidrogénio – MeetoH2-Castelo Branco, no Monte da Terra Grande, Castelo Branco, requerida pela Empresa Courtesy Power.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 5.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

6.3. Artur Manuel Barata Lopes. Ampliação de Ordenha Mecânica e Áreas de Apoio. Alcains. (Proposta n.º 62/2023)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, declarar de interesse público a ampliação de ordenha mecânica e áreas de apoio, em Alcains, de Artur Manuel Barata Lopes.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 6.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 7 – Discussão e votação da proposta de “Contrato de Transferência de Competências e Auto de Transferência de Recursos entre o Município de Castelo Branco e as Juntas /Uniãos de Freguesia”. (Proposta n.º 63/2023)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 3 abstenções, 1 do GM PSD/CDS/PPM e 2 do GM CHEGA e 36 votos a favor, 18 do PS e 14 do GM S-MI, 3 do GM PSD/CDS/PPM e 1 do GM MPT aprovar o Contrato de Transferência de Competências e Auto de Transferência de Recursos entre o Município de Castelo Branco e as Juntas /Uniões de Freguesia.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 7.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 8 - Discussão e votação da proposta de “Lote 100 da Área de localização Industrial. Desafetação do Património Municipal para Afetação ao Património dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta n.º. 64/2023)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Desafetação do Património Municipal para Afetação ao Património dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco – Lote 100 da Área de Localização Industrial.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 8.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 9 - Discussão e votação da proposta de “Contratos Interadministrativos com as Juntas/Uniões de Freguesia”:

9.1. Requalificação do salão de festas da localidade de Torre. Junta de Freguesia de Louriçal do Campo. (Proposta n.º. 65/2023)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato Interadministrativo com a Junta de Freguesia de Louriçal do Campo para requalificação do salão de festas da localidade de Torre, apoio no valor de €3.869,00.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 9.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

9.2. Apoio para aquisição de viatura com caixa. Junta de Freguesia de Alcains. (Proposta n.º 66/2023)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato Interadministrativo com a Junta de Freguesia de Alcains para um apoio de aquisição de viatura com caixa, no valor de €42.414,99.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 10.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 10 – Discussão e votação da proposta de “Contrato Interadministrativo de partilha de competências entre a CMCB, CIMBB e CIMBSE, no âmbito RJSPTP para extensão à localidade da Soalheira, no Município do Fundão, do serviço municipal integrado na concessão dos serviços de transporte público rodoviário do Município de Castelo Branco”. (Proposta n.º 67/2023)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato Interadministrativo de partilha de competências entre a CMCB, CIMBB e CIMBSE, no âmbito RJSPTP para extensão à localidade da Soalheira, no Município do Fundão, do serviço municipal integrado na concessão dos serviços de transporte público rodoviário do Município de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 11.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Ponto 11 - Discussão e votação da proposta de “Concurso para Dirigente de 1º. Grau. Departamento de Administração Geral. Alteração de Júri”. (Proposta n.º 68/2023)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 6 abstenções, 4 do PSD/CDS/PPM e 2 do CHEGA, e com 13 votos a favor, 18 do GM PS, 14 do GM S-MI e 1 do GM MPT, aprovar a alteração de Júri do Concurso para Dirigente de 1º. Grau do Departamento de Administração Geral.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 12.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 12 - Discussão e votação da proposta de “Designação do Júri para o Procedimento Concursal para Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 2º. Grau – Chefe de Divisão Técnica de Serviços de Águas”. (Proposta n.º 69/2023)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 6 abstenções, 4 do GM PSD/CDS/PPM e 2 do GM CHEGA, e com 33 votos a favor, 18 do GM PS, 14 do GM S-MI e 1 do GM MPT, aprovar a designação do júri para o Procedimento Concursal de Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 2º. Grau – Chefe de Divisão Técnica de Serviços de Águas.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 13.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 13 – Discussão e votação da proposta de “Radar Social – Criação de 4 postos de trabalho no Mapa de Pessoal”. (Proposta n.º 70/2023)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a criação de 4 postos de trabalho no Mapa de Pessoal - Radar Social.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 14.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 14 – Discussão e votação da Proposta de “Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e o Alto Comissariado para as Migrações, no âmbito do Programa de Acolhimento e Integração de Refugiados”. (Proposta n.º 71/2023)

João Filipe Ribeiro (CHEGA) - Fala-se aqui alto comissariado para as migrações, e depois do acolhimento de refugiados, queria relembrar a todos que é um tema recente, foi a visita da Presidente do Governo Italiano e também a Presidente da Comissão Europeia que tinha uma ilha com 7000 habitantes e já recebeu 135 000 habitantes emigrantes e faço referência a uma situação que aconteceu de clara censura, os jornalistas recolheram os depoimentos dos emigrantes, que todos tinham sido entrevistados, estavam ali por questões económicas, eram emigrantes e não refugiados. Aqui há uma questão que é preciso levar muito a sério do “CHEGA” e, pessoalmente, acolhemos, inclusivo trabalho com emigrantes e não é isso que está em causa.

Aqui a questão é, estamos a vender claramente, a vender a esses emigrantes que pagam milhares de euros, em situações concretas, pagam na ordem dos 4 000€ para apanhar aquele barco que os podem levar á morte para chegarem à europa e continuamos a alimentar isto. A dizer “venham para a Europa”. O que virá a acontecer e dou já, o exemplo, em que temos, uma turma de estudantes em que vinte são originários de Portugal e cinco são de outras origens, esses cinco serão integrados.

Agora vamos imaginar em que vinte são de origens diferentes e cinco são de Portugal.

Quem é que vai ser integrado? São esses cinco.

Aqui a diferença é, quando as pessoas cá estão, temos de lhes dar resposta. Será que lhe conseguimos dar resposta?

E, respondo claramente que não. Se não conseguimos dar resposta a pessoas que recebem reformas de miséria, não conseguimos dar habitação a quem sempre viveu em Portugal, mas conseguimos dar aos outros.

Isto faz lembrar aquele típico alcoólico que está na taberna a pagar copos de vinho e não tem dinheiro para trazer o pão para casa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Queremos que as pessoas venham para Portugal consoante as necessidades e sejam integradas na sociedade. Agora não podemos, é estar a matar pessoas, porque aquelas pessoas que morrem no mediterrâneo, é culpa daqueles que dizem, venham para cá todos, isto é melhor. Será que a europa, somos 8% da população mundial, mas queremos ser a Segurança Social do mundo inteiro, isto é impossível, é claramente impossível o que estamos a fazer.

Será que é isto que queremos para a nossa cidade?

E, o Sr. Presidente, disse-me que os emigrantes ajudam e é verdade, concordo, é verdade que ajuda e ajuda imediatamente. Porque vem jovem, exploramo-lo, é isso que acontece normalmente, recebe o salário mais baixo. As pessoas contribuem, quer dizer, olham para os migrantes e aquilo é só uma fonte de rendimento e não é assim, são pessoas e têm objetivos e aspirações.

O problema grande que acontece é que a cultura, grande parte dessas pessoas trazem nomeadamente do norte de África, cultura muçulmana do norte de África ou da Índia, não se coaduna com os nossos padrões. Eles na terra excluem metade da população, as mulheres são excluídas da sociedade, põem uma burka e são excluídas da sociedade e é isso que queremos para a nossa sociedade.

Eu tenho outra opinião, a maneira que temos de rejuvenescer a nossa população é termos mais filhos, mas demoram 20 anos para começar a trabalhar.

Agora quem é que tem um discurso eleitoralista, será que sou eu, ou será que são aqueles que querem ter eleitores, agora neste momento, que tenham nacionalidade e vão votar daqui a 4 anos, será que é o CHEGA, ou será que são os outros partidos.

Isto é curioso, tenho três filhos e quero defender os meus valores, isto bem analisado, faço parte de uma minoria ética que são os beirões.

E não é nenhuma bandeira, não temos que não ter vergonha de assumir as nossas ideias.

Ernesto Candeias Martins (MPT) - Caríssimo amigo, há algo que nos enobrece, é que este povo tem o princípio da solidariedade e da hospitalidade, da criação das misericórdias, das confrarias, desde o existencialismo, desde o século XIV até agora.

É verdade que hoje, temos mobilidade, migração, não sei, caríssimo amigo, qual é a função do alto comissariado para as migrações, se o sabe, saberia dizer, e compreendo a sua posição, é que isto são compromissos assumidos pelo governo português, do qual, estou de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

acordo. E aí respeito, porque pôr em dúvida que os migrantes são um fator de acolhimento e de integração esse é o nosso papel.

Disse que há refugiados, a situação de Itália é um problema comunitário e sabe que nos últimos meses e no último ano, aumentou a migração no território de Castelo Branco, o que é que fazemos?

Eu sou albicastrense e com muito orgulho e também português por esse mundo fora, criámos as primeiras globalizações, porque andamos por mares nunca navegados, fizemos transporte de escravos, fizemos mal, sim fizemos, muito mal. Mas também fizemos muito bem, deixamos a nossa língua, a nossa cultura e por isso mesmo quem vem a Castelo Branco é bem acolhido é bem integrado, só temos de encontrar aqui por parte da Câmara e daqueles que são responsáveis desta mesma na empregabilidade, para que se sintam bem e permaneçam o mais tempo possível, temos de respeitar esta multiculturalidade já que falou em ter essa intervenção, as culturas diferentes, é das diferenças que nasce o bom acolhimento.

Acho bem que se faça esse protocolo, porque Castelo Branco aumentou e devemos encontrar as melhores formas, melhores maneiras, sejam a nível dos apoios sociais, da habitação e até das relações, queremos que se sintam bem e também valorizem o nosso território e o nosso desenvolvimento.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos contra do GM CHEGA, e com 37 votos a favor, 18 do GM PS, 14 do GM S-MI, 4 do GM PSD/CDS/PPM e 1 do GM MPT, aprovar o Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e o Alto Comissariado para as Migrações, no âmbito do Programa de Acolhimento e Integração de Refugiados.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 14.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 15 - Discussão e votação da Proposta de “Minuta de Protocolo de Colaboração/Memorando de Entendimento para Instalação do Novo Tribunal Central Administrativo na Cidade de Castelo Branco”. (Proposta n.º. 72/2023)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Protocolo de Colaboração/Memorando de Entendimento para Instalação do Novo Tribunal Central Administrativo na Cidade de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 15.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 16 – Eleição de Presidente de Junta/União de Freguesia do Concelho para participar no XXVI Congresso da ANMP.

A Assembleia Municipal deliberou, por voto secreto, com 34 votos sim, 4 votos brancos, eleger o Presidente da Junta de Freguesia de Monforte da Beira, João José Louro Ramos para participar no XXVI no Congresso da ANMP.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 16.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

CONCLUSÃO DA ATA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa encerrada a sessão, eram 14 horas e 10 minutos, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a respetiva ata.

O Presidente da Assembleia Municipal,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O 1.º Secretário,
